



RECORTES DE IMPRENSA

AGOSTO 2014

APAV[®]



associação portuguesa de
Apoio à Vítima

COM O APOIO:



APAV promove jornadas que abordam direito das vítimas à informação



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV Açores) vai realizar

as III Jornadas Contra a Violência, em Ponta Delgada. O evento irá reunir vários especialistas para abordar quatro temáticas centrais. «O direito das vítimas à informação» é uma delas

A iniciativa vai realizar-se no próximo dia 30 de setembro, no Centro de Estudos Natália Correia, na Fajã de Baixo, concelho de Ponta Delgada, e será promovida pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima Açores.

Desta vez, o evento será dedicado ao debate de quatro temáticas centrais, informam os responsáveis pelas jornadas, em comunicado.

«O direito das vítimas à informação, Apoio a familiares e amigos

de vítimas de homicídio, Crianças e jovens vítimas de cyberbullying e Tráfico de seres humanos» são os temas a abordar.

A terceira edição das Jornadas Contra a Violência irá reunir vários especialistas. Entre os oradores encontram-se Francisco de Siqueira (juiz de direito do tribunal Judicial da Comarca de Ponta Delgada), João Carreira (magistrado do Ministério Público - Coordenador da Comarca dos Açores), João Oliveira (coordenador de investigação criminal da Polícia Judiciária em Ponta Delgada), Ana Silva (técnica do Centro Comunitário de Apoio ao Imigrante de Ponta Delgada) e Maria Isabel Parreirão (Diretora Regional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras).

PORTUGAL

Iniciativa realiza-se a 30 de setembro

Jornadas abordam direito das vítimas à informação

Texto Juliana Batista | 12/08/2014 | 08:19



A APAV Açores vai realizar as III Jornadas Contra a Violência, em Ponta Delgada. O evento irá reunir vários especialistas para abordar quatro temáticas centrais. «O direito das vítimas à informação» é uma delas

IMAGEM

A+ A- ENVIAR IMPRIMIR COMENTAR PARTILHAR

PORTUGAL ANTERIOR SEGUINTE

Os Açores vão voltar a acolher as Jornadas Contra a Violência. A iniciativa vai realizar-se no próximo dia 30 de setembro, no Centro de Estudos Natália Correia, em Ponta Delgada, e será promovida pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima Açores.

Desta vez, o evento será dedicado ao debate de quatro temáticas centrais, informam os responsáveis pelas jornadas, em comunicado. «O direito das vítimas à informação, Apoio a familiares e amigos de vítimas de homicídio, Crianças e jovens vítimas de cyberbullying e Tráfico de seres humanos» são os temas a abordar.

A terceira edição das Jornadas Contra a Violência irá reunir vários especialistas. Entre os oradores encontram-se Francisco de Siqueira (juiz de direito do tribunal Judicial da Comarca de Ponta Delgada), João Carreira (magistrado do Ministério Público - Coordenador da Comarca dos Açores), João Oliveira (coordenador de investigação criminal da Polícia Judiciária em Ponta Delgada), Ana Silva (técnica do Centro Comunitário de Apoio ao Imigrante de Ponta Delgada) e Maria Isabel Parreirão (Diretora Regional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras).

PSD-A quer maior atenção às questões da ciência e do desenvolvimento regional

Ventura lembrou que desde 2012 o Governo vem criando elevadas expectativas à comunidade científica e à sociedade, pois associou o desenvolvimento dos Açores ao apoio nas áreas científicas”

O PSD/Açores defendeu ontem que “a Ciência deve estar envolvida em todas as formas de desenvolvimento da Região”, uma vez que “não se pode actuar sobre aquilo que não se conhece, e esse é um princípio que não tem sido seguido pelo Governo Regional”, disse o deputado António Ventura.

A declaração foi feita após uma reunião dos deputados do PSD/Açores eleitos pela Terceira com a Associação para a Ciência e Desenvolvimento dos Açores, em que o social-democrata adiantou que “não podem ser encontradas respostas para os problemas dos açorianos, se não estudarmos devidamente esses mesmos problemas”.

António Ventura lembrou que “desde 2012, durante toda a campanha eleitoral, o Governo Regional vem criando elevadas expectativas à comunidade científica e à sociedade, pois associou o desenvolvimento dos Açores ao apoio nas áreas científicas”

“A verdade é que estamos a meio da legislatura, e ainda não houve uma identificação regional da áreas



Deputados do PSD eleitos pela Terceira com a Associação para a Ciência e Desenvolvimento

científicas e tecnológicas de maior importância, nem o respectivo apoio avançou”, criticou o deputado do PSD/Açores.

“Aliás, o Governo Regional também se comprometeu a financiar 1000

bolsas aos estudantes do ensino superior. Uma realidade que desconhecemos como sendo uma promessa cumprida, entra tantas outras”, concluiu o parlamentar social-democrata António Ventura.

APAV promove jornadas que abordam direito das vítimas à informação



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV Açores) vai realizar

as III Jornadas Contra a Violência, em Ponta Delgada. O evento irá reunir vários especialistas para abordar quatro temáticas centrais. «O direito das vítimas à informação» é uma delas

A iniciativa vai realizar-se no próximo dia 30 de setembro, no Centro de Estudos Natália Correia, na Fajã de Baixo, concelho de Ponta Delgada, e será promovida pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima Açores.

Desta vez, o evento será dedicado ao debate de quatro temáticas centrais, informam os responsáveis pelas jornadas, em comunicado.

«O direito das vítimas à informação, Apoio a familiares e amigos

de vítimas de homicídio, Crianças e jovens vítimas de cyberbullying e Tráfico de seres humanos» são os temas a abordar.

A terceira edição das Jornadas Contra a Violência irá reunir vários especialistas. Entre os oradores encontram-se Francisco de Siqueira (juiz de direito do tribunal Judicial da Comarca de Ponta Delgada), João Carreira (magistrado do Ministério Público - Coordenador da Comarca dos Açores), João Oliveira (coordenador de investigação criminal da Polícia Judiciária em Ponta Delgada), Ana Silva (técnica do Centro Comunitário de Apoio ao Imigrante de Ponta Delgada) e Maria Isabel Parreirão (Diretora Regional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras).

Museu do Pico homenageia Mestre João Silveira Tavares

Homenagem ao construtor picoense de botes baleeiros açorianos.

A Direcção Regional da Cultura, através do Museu do Pico, inaugura a 19 de Agosto, pelas 21h30, na Galeria do Museu dos Baleeiros, nas Lajes do Pico, uma exposição biográfica e documental intitulada “Mestre João Silveira Tavares – Homenagem ao construtor picoense de botes baleeiros açorianos”.

Esta mostra pretende dar a conhecer um dos grandes carpinteiros navais de botes baleeiros dos Açores, através de um conjunto de painéis sobre a vida e obra do Mestre João Silveira Tavares, marcada por uma intensa atividade, tanto a nível nacional como internacional.

A exposição, que estará patente até 28 de Setembro, permite também ao Museu do Pico divulgar e afirmar a cultura baleeira, enquanto conjunto de saberes, técnicas, processos, métodos e materiais, no domínio do Património Cultural Imaterial.

Jovens pianistas podem concorrer ao Allianz Music Camp até dia 24

As inscrições para o Allianz Music Camp terminam no próximo dia 24.

Jovens pianistas até aos 14 anos têm, assim, uma última oportunidade para concorrer ao estágio oferecido pela Allianz Portugal em Barcelona, que reúne, pelo segundo ano consecutivo, jovens de vários países para aprenderem com um dos grandes pianistas contemporâneos, o chinês Lang Lang.

Esta iniciativa decorre do apoio da Allianz à Fundação Lang Lang, da qual a seguradora é patrocinadora exclusiva. O Junior Music Camp 2014 decorre de 10 a 16 de Novembro, e prevê uma formação de cinco dias, com aulas de piano a solo com pianistas conceituados, concertos em diversas escolas públicas de Barcelona, uma masterclass com o próprio Lang Lang e ainda uma visita panorâmica sobre a cidade.

“Os jovens pianistas portugueses devem aproveitar esta oportunidade, pois trata-se de uma experiência que não irão esquecer. Além de aprenderem com um dos pianistas mais conceituados do nosso tempo, irão, ainda, conviver com jovens de diversas nacionalidades. Quere-mos, através do Junior Music Camp, proporcionar experiências únicas. A Allianz, mais uma vez, estimula o gosto pela cultura e concretiza sonhos aos nossos jovens”, salienta José Francisco Neves, Director de Market Management da Allianz Portugal.



VILA NOVA DE GAIA ■ FOI DETIDA POR VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



RICARDO CABRAL

+ PORMENORES

● 1024 VÍTIMAS

Segundo os registos da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, no ano passado 1024 homens foram vítimas de violência doméstica. Destes, 618 tinham mais de 18 anos.

● SÓ 400 PEDIRAM AJUDA

No ano passado, perto de 400 homens pediram ajuda à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima por serem vítimas de violência conjugal.

● DETIDA POR AGREDIR

Uma mulher foi detida pela PSP de Vila Real de Santo António, ontem de madrugada, por agredir o marido, inclusive à frente da PSP.

Bate no ex-marido e tenta fugir à PSP

■ Mulher, de 41 anos, foi levada para a viatura policial, de onde arriscou fugir já algemada

● MANUEL JORGE BENTO

Esperou que o ex-marido chegasse a casa para retirar alguns bens que ainda não teria levado desde a separação. Gritou com o homem à porta do prédio e tentou agredi-lo. A PSP foi chamada a intervir, na avenida dos Aliados, junto à estação

da CP em Coimbra, Gaia. A mulher, 41 anos, resistiu aos agentes e bateu num deles. Foi detida por violência doméstica e resistência às autoridades, e levada para a viatura policial. Enquanto os intervenientes na discussão eram identificados, tentou fugir, algemada, do veículo.

“Ouví gritos, vim à janela e vi que a senhora estava fora de si, mas como é habitual haver desacatos entre os dois, só estranhei a polícia estar aqui”, referiu ao CM um vizinho, que não quis ser identificado. As discussões

entre o casal têm sido frequentes nos últimos meses e tornaram-se públicas pouco após a meia-noite de quinta-feira. “A mulher fez uma escandaleira, mas estas coisas acontecem quando as pessoas se estão a separar e, se o fazem, é porque não se entendem”, disse uma vizinha idosa.

A mulher já tinha agredido várias vezes o ex-marido – que trabalha fora do País – durante o

Chegou a atirar uma mesa contra o antigo companheiro

processo de separação. Chegou mesmo a atirar uma mesa contra o ex-companheiro, quando este tentava que a agressora assinasse os papéis do divórcio. A mulher tem dois filhos,

de 13 e 20 anos, e estará grávida do atual companheiro.

Tentou resistir novamente aos agentes na chegada à esquadra da PSP, em Mafamude. Foi notificada para ir a tribunal. ■

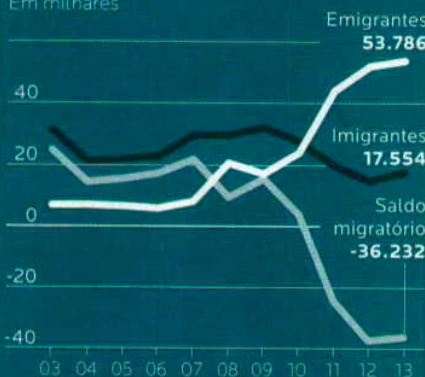
VIOÊNCIA DOMÉSTICA EM PORTUGAL

ANO	CRIMES	% DO TOTAL DE CRIMES
2013	17.384	84,2
2012	16.970	83,6
2011	15.724	85
2010	13.866	81,7
2009	15.904	90
2008	16.832	90

FONTE: APAV

SÓ EMIGRAÇÃO PERMANENTE

Em milhares



EMIGRAÇÃO PERMANENTE E TEMPORÁRIA

2013	128.108
2012	121.418
2011	100.978

OS 10 CONCELHOS DO PAÍS COM MAIS DESEMPREGO

Taxa de desemprego em %, segundo os Censos

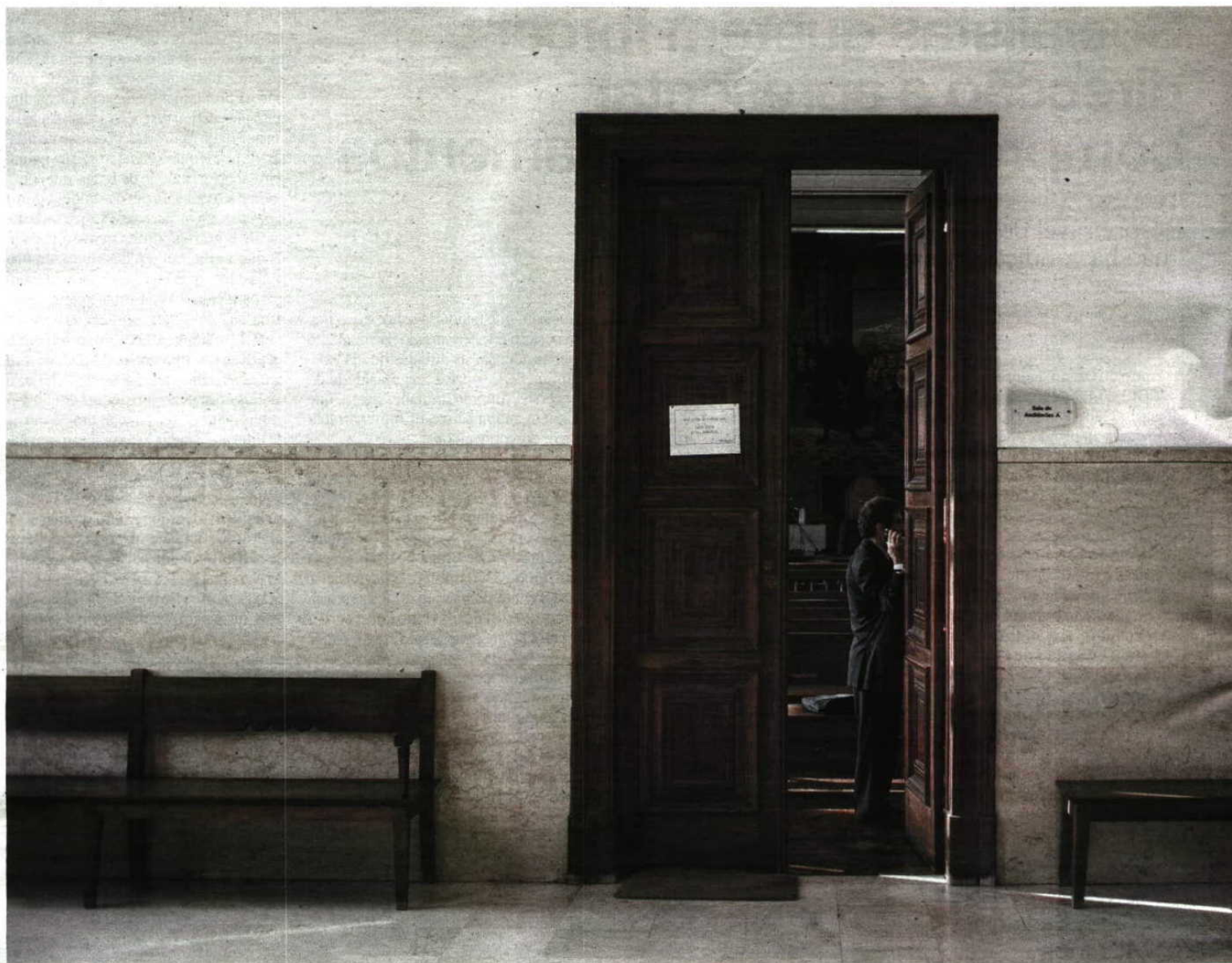


FONTE: INE



17 mil crimes de violência doméstica em 2013

Os dados da taxa de desemprego por município, recolhidos no recenseamento de 2011, mostram que Mourão ocupava o primeiro lugar na lista dos 308 concelhos do país, tendo a maior proporção de pessoas desempregadas no total da população residente. Em situação de desemprego estavam 22,9% dos habitantes. Marta Medinas e Rui Moita não faziam parte dos desempregados em Mourão, mas entraram nas estatísticas que nos mostram o aumento do número de pessoas que têm deixado o país. Em 2013, foram 128 mil os portugueses que emigraram, de forma temporária ou permanente (mais de um ano). Se olharmos apenas para os portugueses que deixaram o país com intenção de ficar mais tempo, conclui-se que em 2013 o número foi três vezes maior do que em 2009, segundo o INE. Marta Medinas entra ainda nos números da violência doméstica em Portugal. Segundo os relatórios da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), a quantidade de crimes de violência doméstica tem vindo a aumentar: foram mais de 17 mil em 2013, acima dos 15.724 registados em 2011. RAQUEL ALBUQUERQUE



Violência doméstica. Ordem dos Advogados diz que projecto do PS é inconstitucional

SUSETE FRANCISCO
susete.francisco@ionline.pt

A Ordem dos Advogados (AO) considera que a proposta do PS que visa estabelecer a indignidade sucessória de um homicida – ou seja, que este fique impedido de ser herdeiro da vítima – é inconstitucional. Para a OA o projecto socialista contende com o princípio constitucional que impõe que “nenhuma pena envolva como efeito necessário a perda de quaisquer direitos civis, profissionais ou políticos”.

O projecto de lei do PS, entregue no Parlamento em Julho, assume como objectivo “melhorar as condições da declaração de indignidade sucessória contra os condenados pelo crime de homicídio por violência doméstica”. A figura legal da indignidade sucessória já está prevista no Código Civil, mas tem obrigatoriamente de ser declarada por sentença civil que decorra de uma acção interposta pelos interessados – ou seja, outros herdeiros legítimos da vítima. Se estes não existirem – se a vítima não tiver família e o assassino for o próprio cônjuge – nada na lei impede o homicida de receber a herança. Não há números sobre

está questão, mas a UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta) já identificou uma situação concreta e aponta “vários casos em que a mulher não tinha família para além do homicida”, pelo que é “grande a possibilidade” de esta situação se repetir.

O que o projecto do PS pretende é que, uma vez declarada a sentença penal de homicídio, esta possa ser acompanhada da declaração imediata de que o condenado não pode ser herdeiro dos bens da vítima. O projecto visa precisamente os casos “em que não há contra contra interessados na herança que tomem a iniciativa de propor a acção” – o projecto de lei sublinha que a lei não impede que o homicida herde os bens da vítima, “o que parece manifestamente injusto”.

O projecto propõe, por isso, acrescentar ao Código Penal um novo artigo que permita que “a sentença condenatória penal possa, desde logo, declarar a indignidade sucessória do condenado”.

INCONSTITUCIONAL? Para a Ordem dos Advogados a solução apresentada pelo PS é inconstitucional. “Será que a declaração de indignidade sucessória por mero efeito de uma sentença penal é admissi-

Proposta do PS prevê que um condenado por homicídio possa perder de imediato o direito à herança da vítima. Ordem dos Advogados diz que não pode ser



De acordo com a lei actual a indignidade sucessória tem que ser declarada num processo civil

EDUARDO MARTINS

Números

37

mulheres foram mortas em 2013 num contexto de violência doméstica

24

mulheres foram assassinadas este ano (números até Julho)

27

foram vítimas de tentativa de homicídio já este ano

vel à luz dos princípios que informam o Código Penal vigente e a Constituição da República Portuguesa? Entendemos que não", diz um parecer enviado pela Ordem à Assembleia da República, que conclui "não ser de acolher" a proposta do PS, dado que não constitui a "solução legislativa adequada e constitucional à resolução do problema".

A OA, num parecer subscrito pela bastonária, Elina Fraga, sugere uma solução alternativa: alterar a Lei Civil no sentido de dar "legitimidade ao Ministério Público para, em representação do Estado, instaurar a acção de declaração de indignidade nos casos em que houvesse condenação criminal por homicídio doloso", quando não houver contra-interessados que tomem a iniciativa de propor a acção.

CSM A FAVOR DA PROPOSTA Bem diferente é o entendimento do Conselho Superior da Magistratura (CSM). "A solução proposta parece razoável e merece concordância genérica", diz o parecer desta entidade, sublinhando que com esta alteração "ficam os interessados desonerados do impulso processual tendente à declaração de indignidade, solução

que se prefigura justa e equilibrada, uma vez que a acção civil, para além do dobramento de custos, implica demoras e acaba por fazer revisitar acontecimentos dolorosos e violentos".

O CSM não só não apontam qualquer problema de inconstitucionalidade, como os argumentos vão em sentido contrário. "É de esperar que resulte já do processo criminal todo o acervo factual necessário ao preenchimento da hipótese que faz desencadear a consequência da indignidade sucessória", dizem os juizes, que acrescentam até que a "projectação das consequências penais para lá do ordenamento jurídico-criminal não é estranha" ao capítulo do Código Penal onde se deverá inscrever esta medida.

O penalista Paulo Saragoça da Matta defende que a inconstitucionalidade apontada pela Ordem dos Advogados "não se verifica". "O que se está a criar é a possibilidade de o juiz penal declarar a indignidade sucessória", explicita, acrescentando que essa decisão tem que ter "presupostos, de facto e de direito, que têm de estar preenchidos, à luz do direito civil. Qualquer decisão tem que ser fundamentada". E nada impede que o juiz criminal possa assumir essa decisão.

Associações querem que a polícia possa decretar afastamento do agressor

Na maioria dos casos de violência doméstica é a mulher que deixa a casa da família. Associações que trabalham na área querem mudar este cenário

Pode a polícia decretar o afastamento imediato de um agressor face a uma queixa de violência doméstica, sem que a decisão passe previamente por um juiz? O ordenamento jurídico português não o permite, mas esta tem sido uma das reivindicações apresentadas por associações que trabalham no terreno com vítimas de violência doméstica.

É o caso da APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima - que num relatório enviado ao parlamento sublinha que "os tempos judiciais não se coadunam com as necessidades de segurança e protecção das vítimas dos crimes mais violentos". "Os mecanismos de protecção continuam a não ser suficientes para, em tempo útil e adequadamente, responder a este imenso flagelo social", refere a associação, num documento entregue aos deputados do grupo de trabalho parlamentar que está a estudar as alterações legislativas que decorrem da ratificação por Portugal da Convenção de Istambul.

"À semelhança do que ocorre noutros sistemas judiciais, inclusivamente próximos ao nosso, propomos que se legisle no sentido de criar medidas de protecção de cariz administrativo, atribuindo aos órgãos de polícia criminal a possibilidade de emitir uma ordem de afastamento imediato que poderá corresponder ao afastamento de residência ou a uma proibição de contactos sob qualquer forma", sugere a APAV. Que concretiza: "Esta medida poderá estar sujeita a confirmação pelo tribunal (por exemplo no prazo

de 48 horas, o mesmo fixado para a medida de coacção urgente para o crime de violência doméstica) ou ter limite máximo de duração legalmente estabelecido".

A APAV não está sozinha neste pedido. A UMAR, outra associação que se tem dedicado ao problema da violência doméstica, aponta a "necessidade urgente" de uma "medida de polícia", a aplicar "imediatamente pelas autoridades policiais aquando da denúncia ou conhecimento do crime, que imponha ao agressor o seu afastamento da residência".

Outra voz que já se levantou na defesa desta medida foi o deputado social-democrata Mendes Bota, relator geral sobre a Violência contra as Mulheres na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. No início do mês, antes de uma visita a uma casa de abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica, Mendes Bota disse esperar "que a legislação evolua para que não se consinta que seja o agressor a ficar na casa da família". O deputado sublinhou que, em muitos países "um agressor apanhado em flagrante delito, numa situação inequívoca é imediatamente afastado da casa da família. Em Portugal, a esmagadora maioria das vezes são as vítimas que têm de fugir com os filhos da casa de família".

A proposta de atribuir às polícias a possibilidade de emitir uma ordem de afastamento do agressor, obrigando-o a abandonar a residência da família, tem levantado dúvidas de constitucionalidade no parlamento. Reservas que o penalista Paulo Saragoça da Matta não partilha. Desde que haja depois a intervenção de um juiz "é perfeitamente possível, é como uma medida de coacção", referiu ao i. O advogado acrescenta que poderá levantar-se a questão de o Estado poder ficar obrigado a garantir no imediato habitação à pessoa que fica afastada da residência, mas não identifica aqui um problema constitucional.

APAV diz que "tempos judiciais" não se coadunam com a protecção das vítimas

ADOLESCENTES / 128
violência sexual

Abuso sexual & violação

O papel de pais, educadores de infância e professores é extremamente importante tanto na prevenção como no auxílio a crianças e jovens que sofrem agressões sexuais em ambiente escolar. Saiba em que situações deve procurar ajuda e como o fazer. *Por Ana Cáceres Monteiro*

N

o dia 19 de abril de 2014, uma adolescente ia a pé pela zona do Laranjeiro, perto de Almada, quando quatro rapazes a seguiram e, alegadamente contra a sua vontade, a levaram para um barracão.

Durante o percurso, ao mesmo tempo que um deles a agarrava pelo braço, ter-lhe-ão apalpado o rabo enquanto lhe diziam que tinha de retirar uma queixa feita contra eles um ano antes, também por a terem atacado, ou que "seria bem pior para ela". Dentro do barracão passaram-lhe uma rasteira e, já deitada no chão, a jovem terá levado chapadas na cabeça e pontapés nas costas, antes de um dos rapazes começar a tocar-lhe. Dois deles, irmãos gémeos, terão saído do local antes de se concretizarem as agressões sexuais. Os exames periciais de psicologia forense que constam do processo dos arguidos de rapto e coação sexual revelam não haver dúvidas sobre a credibilidade do relato da vítima, a qual duas vezes no espaço de um ano foi alvo de agressões físicas e sexuais por parte deste mesmo grupo de colegas da sua escola. De acordo com o despacho de encerramento de inquérito do Ministério Público de Almada,

"não se encontraram discrepâncias relevantes" entre os relatos feitos pela adolescente, hoje com 15 anos, ao Instituto Nacional de Medicina Legal (INML) e à Polícia Judiciária. Para sustentar a acusação, o Ministério Público usou ainda como provas documentais imagens de videovigilância, a localização de telemóvel de um dos agressores e os exames médicos feitos à jovem depois dos dois episódios de coação sexual que se terão verificado. Da primeira vez, a 19 de abril de 2013, os exames do INML registavam escoriações na mama direita, dor à apalpação nas costelas e duas escoriações no punho direito, as quais se concluiu "terem sido resultado de traumatismo de natureza contundente". Da segunda vez, a 19 de abril de 2014, os exames mostraram escoriações na face e uma equimose na região do sacroiliaco, lesões "compatíveis com traumatismo recente". O procurador que conduziu o inquérito concluiu que "os quatro rapazes se terão valido da sua superioridade numérica e física para abordar a menor e a coagir sexualmente, com vista a satisfazer os seus instintos sexuais e libidinosos". O Ministério Público investigou ainda os responsáveis da Escola Ruy Luís Gomes, em Almada, frequentada por todos estes jovens, por suspeita de terem conhecimento da

situação, ignorando-a. No primeiro ataque, a vítima, então com 14 anos, terá sido levada para uma mata e agredida e violada durante horas. Os suspeitos do crime foram suspensos. Antes de a tragédia ter acontecido, a mãe da aluna já tinha alertado a escola para os constantes apalpões de que a filha era alvo, mas não foram tomadas quaisquer medidas. A menina em causa tem um historial clínico de depressão e dificuldades cognitivas, razão pela qual era gozada por alguns dos colegas.

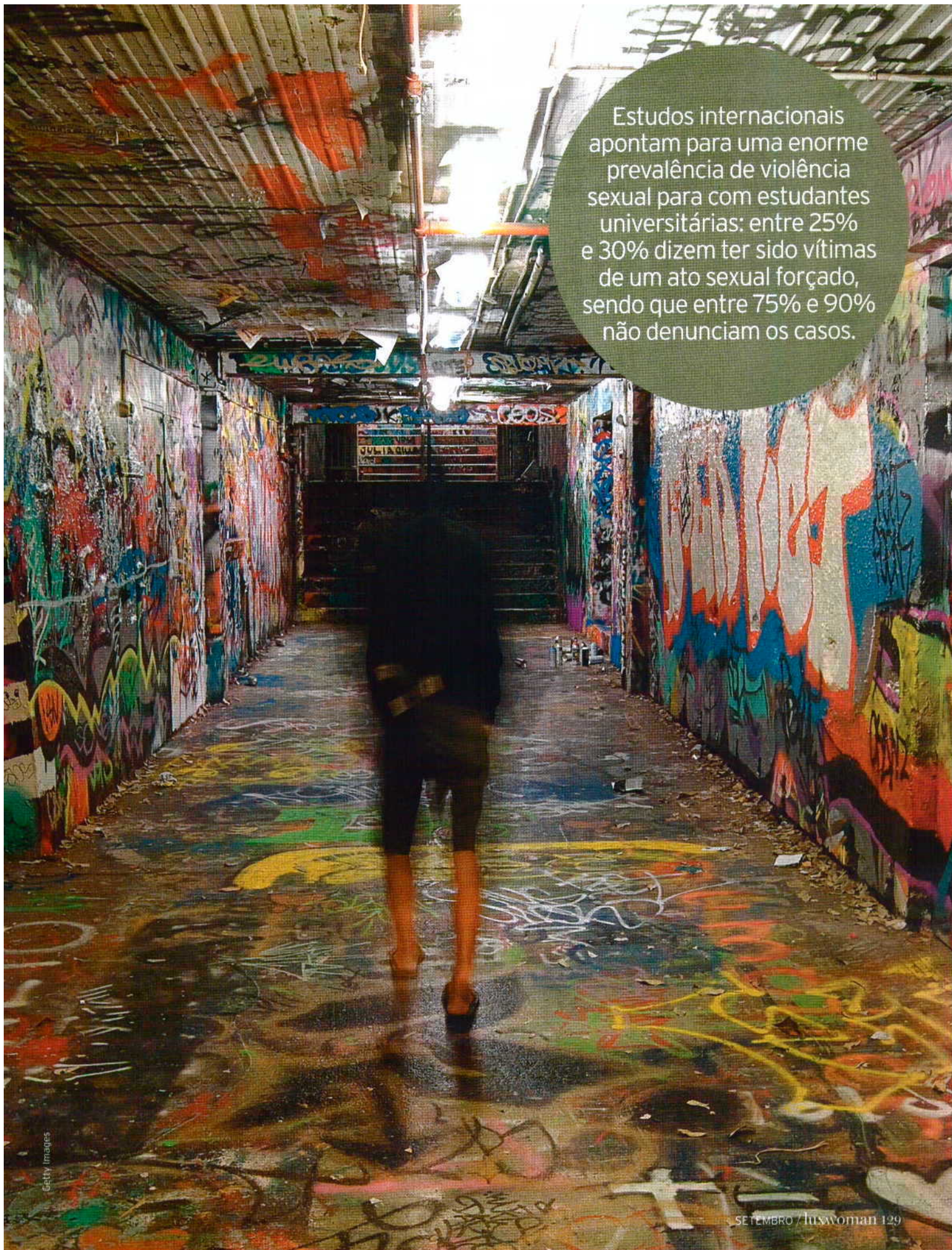
Mais apoio para vítimas de violação

Em Portugal não há nenhum serviço especializado para vítimas de violação, o que, por exemplo, na Irlanda existe há mais de 30 anos. A Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV) vai avançar com um projeto na área da violência sexual que integra, entre outros, a criação do primeiro gabinete de apoio às vítimas de violação em Portugal. O projeto é financiado pelo Programa Cidadania Ativa do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEA Grants) e gerido pela Fundação Calouste Gulbenkian. A AMCV trabalha há 20 anos na área da violência doméstica e da violência sexual, mas a falta de financiamento fez com





Estudos internacionais apontam para uma enorme prevalência de violência sexual para com estudantes universitárias: entre 25% e 30% dizem ter sido vítimas de um ato sexual forçado, sendo que entre 75% e 90% não denunciam os casos.



SOCIEDADE

TIRA AS TUAS DÚVIDAS

Se és criança ou adolescente e estás a ler este artigo, vamos esclarecer algumas das tuas dúvidas. Qual a diferença entre abuso sexual e violação? Ambas são formas de violência sexual, mas representam crimes diferentes no Código Penal Português. O abuso sexual é a prática de um ato sexual com uma criança com menos de 14 anos, ou o ato de a levar a praticar atos sexuais com outra pessoa. No abuso sexual é irrelevante que a vítima tenha ou não sido obrigada a praticar os atos sexuais. Mesmo que se diga que a criança não foi forçada a praticá-los, isso é irrelevante para a justiça. Praticar atos de natureza sexual com crianças é crime.

A violação envolve o uso da força física, da violência, da ameaça, do abuso da autoridade ou da colocação da vítima num estado de incapacidade de resistência. A violação pode envolver diferentes atos sexuais forçados, por exemplo: penetração anal, vaginal, oral. A violação subentende o não-consentimento da vítima, ou seja, a vítima não concordou com a prática dos atos, foi forçada. Quando isto acontece, seja em que idade for, estamos na presença de uma violação e não de abuso sexual.

Nem sempre a violência sexual envolve violência física. O agressor pode utilizar estratégias mais tortuosas para atingir os seus objetivos: ameaçar, chantagear, dar álcool ou drogas, aproveitar-se da confiança que a vítima tem em si para a agredir sexualmente, confundindo-a, principalmente quando se trata de uma criança, fazendo-a acreditar que o que se passou é normal. A violência sexual não acontece porque a vítima provoca o agressor. Isso é uma desculpa para minimizar os comportamentos de quem age mal, para se desresponsabilizar pelo que aconteceu. Nenhum comportamento teu, como, por exemplo, usares decotes ou saias curtas, pode ser usado como motivo para uma agressão sexual. O único responsável pela violência sexual é quem a pratica e nunca a criança ou adolescente. E para ser crime não é necessário haver penetração. Há outras formas de violência sexual: obrigar à prática de sexo oral ou de masturbação, carícias nos órgãos sexuais, mostrarem-te ou fazerem-te participar em filmes eróticos ou pornográficos ou forçarem-te à prática de prostituição.

A lei parte do princípio de que a prática de atos sexuais por parte de crianças e jovens com menos de 14 anos é sempre prejudicial ao seu saudável desenvolvimento, pelo que considera o seu eventual consentimento como irrelevante. Isto quer dizer que mesmo que o ato sexual tenha sido feito de livre vontade é crime.

que nunca tivesse surgido a oportunidade de desenvolver um projeto como este. "Há aqui uma viagem grande que Portugal tem de fazer nesta área, porque, cada vez mais, damos conta de crianças e jovens, e também adultos, que são identificados como alvo de violação e violência sexual, mas não há respostas especializadas", disse Margarida Medina Martins, vice-presidente da associação, acrescentando que nestes casos não basta prender o agressor: "É preciso tratar o trauma, o sofrimento, haver quem faça a defesa jurídica destas pessoas." Segundo esta responsável, é preciso que, a nível nacional, as escolas tenham o mote dos direitos humanos de forma obrigatória em todos os níveis de escolaridade e tenham programas de prevenção de violência *antibullying* e programas de prevenção de abuso sexual. Margarida Medina Martins garante que este é um problema que afeta tanto colégios privados como escolas públicas, e não, como poderia pensar-se, apenas crianças específicas de certos grupos sociais ou bairros problemáticos.

O papel da escola

Os educadores de infância e professores são o grupo profissional mais importante na prevenção e na sinalização de abusos sexuais em crianças e jovens. São estes profissionais que informam as autoridades de cerca de metade dos casos. Noutros países, a eficácia do seu papel na prevenção está diretamente ligada às políticas públicas que são desenvolvidas nesta área, que em Portugal não existem ainda. São elas que definem os protocolos e procedimentos a serem obrigatoriamente adotados. "Deverá ser clarificado junto dos educadores que um relato ou sinalização não

é uma acusação, é uma suspeita. As escolas deverão ter obrigatoriamente programas de prevenção dos abusos sexuais de crianças adequados às suas idades", considera Margarida Medina Martins. A responsável da AMCV acrescenta que os pais são também fundamentais na prevenção ou deteção precoce de um abuso que esteja a acontecer. "O mesmo é válido para os educadores, e incluem-se aqui todos os profissionais das instituições de ensino, dos diretores ao porteiro, todos deverão ter formação na área do abuso sexual de crianças e serem envolvidos na promoção da sua proteção. É fundamental que saibam reconhecer sinais de maus-tratos. E não se trata apenas de observar as marcas físicas, porque quando uma criança é alvo deste tipo de abuso vai contar o que aconteceu, mas nem sempre com palavras. Pode fazê-lo através de gestos, alterações de comportamento ou até de um simples desenho", acrescenta. O papel de professores e educadores de infância não é fácil porque passa por lidar com as famílias. É na escola que os nossos filhos passam a maior parte do tempo e é por isso que esta tem de ser uma aliada de peso na prevenção da violência sexual. As instituições de ensino podem e devem combater os pactos de silêncio que muitas vezes ocultam os crimes sexuais. A sua missão é muito importante, tanto na prevenção como no auxílio a quem sofreu agressões. É, no entanto, muitas vezes impossível que alguns profissionais da educação não se calembem diante de suspeitas ou de confirmações de casos de maus-tratos porque são alvo de ameaças dos predadores sexuais. Uma realidade triste que tem de ser alterada com a ajuda de todos. Cumpra a sua parte. Esteja atenta. ●

O que deves fazer se fores vítima de violência sexual

Fala com um adulto em quem confies e conta-lhe o que te aconteceu. Pede-lhe para ir contigo ao hospital. Se a violência sexual tiver acontecido há pouco tempo, o melhor será não te lavares nem mudares de roupa antes de ires. Se optares por mudar de roupa, coloca toda a roupa que estavas a usar num saco de plástico e fecha-o, para evitar que os vestígios de violência sejam destruídos. Se a situação já tiver acontecido há algum tempo ou já te tiveres lavado, não há qualquer problema. Podes ir na mesma ao hospital. Mesmo que não tenhas marcas visíveis, como lesões e ferimentos, podem existir vestígios biológicos da agressão ou infeções sexualmente transmissíveis que podem ser tratadas e recolhidas como prova pelo médico que te vir. É a ele que compete contactar a polícia e explicar o que te aconteceu, para que possas ser ajudado.

ONDE PODES PROCURAR AJUDA

- *Números de telefone de emergência:*
112, 144 e 800 202 148.
 - *Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV),*
tel. 213 802 160 *espaco.criancas@amcv.org.pt*
 - *Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV),*
tel. 707 200 077
- VISITA O SITE DA APAV PARA JOVENS:
apavparajovens.pt/pt



Avisaram Adélia para não abrir porta a ex-marido. Agora corre risco de vida

Há mulheres que visitam na cadeia maridos que estão presos por as terem agredido. Elza Pais defende mais prisão preventiva para os suspeitos de violência doméstica, como forma de reduzir risco de homicídio

Violência doméstica Ana Henriques

Abordou-a à porta de casa, regou-a com álcool e ateou-lhe fogo. Na casa dos 50 anos, Adélia está há vários dias entre a vida e a morte, depois de duas décadas de violência doméstica.

Ocorrido em Braga, o caso parece ser exemplar do ponto de vista do comportamento das mulheres vítimas de agressão – feito muitas vezes de avanços e recuos por parte das queixosas, que tão depressa chamam a polícia para lhes acudir como a seguir encobrem os companheiros. Chegam a procurá-los na cadeia, ao abrigo do regime de visitas íntimas concedido aos cônjuges, quando eles cumprem pena por as terem maltratado, revelava um recente relatório da Procuradoria Geral Distrital de Lisboa.

“Têm de ser protegidas de si próprias”, observa a ex-secretária de Estado da Igualdade e deputada socialista Elza Pais, que não se conforma com as quatro dezenas de homicídios conjugais que ocorrem todos os anos em Portugal. Preveni-los, defende, passa pelos magistrados usarem mais vezes a prisão preventiva como forma de afastarem os agressores do objecto da sua obsessão. E também pela criação de casas de abrigo para este tipo de criminosos, “onde poderiam ser sujeitos a programas de tratamento para a prevenção da reincidência”. Para esta especialista, “não faz sentido que sejam as vítimas que têm de ir para casas de abrigo para se protegerem dos agressores, que continuam impávidos e serenos a residir na casa de residência da família”.

Funcionária administrativa do Hospital de Braga, Adélia apresentou nos últimos anos pelo menos cinco queixas na PSP contra o companheiro, um empregado de balcão que entretanto ficou desempregado. Da penúltima vez, há uma escassa semana, foi parar à unidade hospitalar onde trabalhava, depois de ele lhe ter arremessado um objecto à cabeça.

Em 2011 as autoridades pediram ao Ministério Público que o proibisse de contactar com ela. Tinha, então, paradeiro desconhecido. Chegou a ser julgado pelas agres-



Deputada do PS Elza Pais considera que as mulheres “têm de ser protegidas de si próprias”

“Fundos estruturais estão a acabar”

A deputada socialista Elza Pais está preocupada com o que poderá suceder no final deste ano aos programas de ONG de apoio às vítimas de violência doméstica e à promoção da igualdade de género. “Os fundos estruturais acabam em Dezembro e ninguém sabe o que se passará a seguir”, observa. São estes programas, explica, que podem quebrar o ciclo de violência em que muitas mulheres estão imersas, e que as levam a perdoar vezes demais os seus agressores.

sões, mas foi absolvido. Se é raro as queixas de violência doméstica chegarem a julgamento, mais raro ainda é resultarem em condenação dos agressores.

Outra especialista, Carina Quaresma, da Direcção-Geral da Administração Interna, explica, num estudo que efectuou sobre o fenómeno, como à falta de provas se junta com alguma frequência a desistência da queixa. É que embora a violência doméstica esteja entre os crimes que não admitem desistência, acontece por vezes o crime ser reclassificado pelas autoridades como ofensa à integridade física, que já a permite. “Os dados apontam para que a esmagadora maioria dos casos de violência doméstica tendem a ser efectivamente arquivados”, refere o trabalho de Carina Quaresma.

A polícia aconselhou Adélia a não abrir a porta se o ex-marido lhe apa-

recesse em casa. Mas ele continuou a rondá-la e a tentar fazer-lhe mal, uma das vezes fora de portas, mas na maior parte do tempo indo ao apartamento da Rua dos Congregados, onde havia morado com ela e uma filha durante mais de década e meia. “Cada vez que lá íamos encontrávamo-lo lá dentro porque ela o tinha deixado entrar”, descreve fonte policial. “Ela corria com ele e ele voltava lá outra vez”, confirma um vizinho.

Mais de 400 detidos

A dependência emocional das vítimas, que chega a ser comparada à utilização de drogas, faz com que avaliem mal o perigo que correm – por vezes de vida. A PSP deverá começar a aplicar de forma generalizada em Novembro um inquérito que lhe permitirá aferir o nível de risco em cada caso de violência

doméstica, consoante as respostas dadas pela vítima. Se o risco for considerado elevado, serão alertadas as autoridades judiciais para que ponham em prática eventuais medidas de coacção, como a pulseira electrónica.

Quanto à prisão preventiva, Elza Pais explica que a lei também a permite. Basta aos magistrados equipararem a violência doméstica, cuja moldura penal não autorizaria à partida a utilização deste mecanismo de prevenção, à criminalidade violenta – um expediente que já validado em 2010 pelo Tribunal da Relação de Coimbra.

Segundo a Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, neste momento estão presas preventivamente por violência doméstica 85 pessoas, cumprindo pena por este crime outras 374. Parte delas cometeram também outros crimes.

TERCEIRA IDADE // PROGRAMAS INOVADORES DE APOIO

Novo serviço da Saúde 24 já acompanha 2300 idosos via telefone

- **Programa** Saúde 24 Sénior foi lançado há quatro meses e já efetuou mais de 15 mil contactos
- **Enfermeiros** avaliam situação, dão orientações e acompanham mensalmente os utentes inscritos

Helena Norte
helenaj@jn.pt

Cerca de 2300 idosos já estão a ser acompanhados pelo Saúde 24 Sénior, iniciado há quatro meses. Além de contactar e avaliar a situação dos seniores a vários níveis, o programa quer acrescentar novos serviços.

É um serviço telefónico proativo. Em vez de receber chamadas, são os enfermeiros do Saúde 24 Sénior quem estabelece contacto com os maiores de 75 anos que queiram ser acompanhados.

Lançado há quatro meses pelo ministro Paulo Macedo, o programa conta com 2272 inscritos, através do número da Saúde 24 (808 242 424). Em quatro meses, foram efetuados mais de 15 mil telefonemas, dos quais 7435 foram atendidos pelos utentes, segundo Luís Pedroso Lima, administrador da LCS - Linha Cuidados de Saúde.

Numa primeira fase, os enfermeiros que operam a linha fazem uma avaliação biopsicossocial dos utentes, que engloba dez dimensões, que vão desde a condição física, a ali-

mentação e a mobilidade até ao estado emocional e cognitivo. O objetivo é detetar défices e estabelecer um plano individual de cuidados, com orientações ao utente e encaminhamento para os serviços mais adequados.

No mês seguinte, o contacto é repetido para avaliar a evolução da situação. Se o utente não atender, são feitas várias tentativas e, se continuarem infrutíferas, são acio-

SABER MAIS

Serviço gratuito

Maiores de 75 anos, com acesso a telefone, podem inscrever-se através do número 808 242 424. O serviço é gratuito.

900

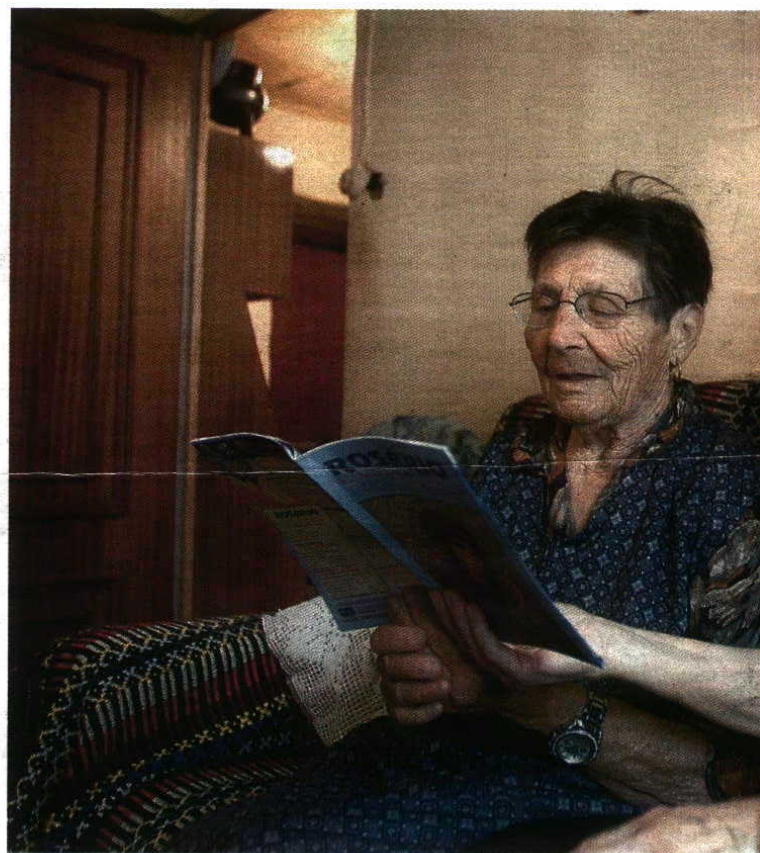
mil com mais de 75 anos

Há cerca de dois milhões de pessoas com mais de 65 anos, o que corresponde a 19% da população portuguesa. Há 400 mil seniores que vivem sozinhos e 800 mil na companhia exclusiva de outros idosos. Com mais de 75 anos, há registo de 900 mil portugueses.

nados os contactos de familiares, vizinhos ou até das forças de segurança. Foram estabelecidos protocolos com a PSP e a GNR para agilizar os procedimentos.

Em fase ainda de divulgação e avaliação, o programa deverá evoluir no sentido de oferecer mais serviços, em conformidade com as necessidades expressas pelos utentes nos primeiros meses de funcionamento. Luís Pedroso Lima adianta que se pretende que os técnicos, além de detetarem sintomas e problemas, possam ativamente participar da solução, tratando de marcar consultas, renovar prescrição de medicação para doenças crónicas e até acionar serviços sociais.

São as mulheres com idades entre os 75 e os 80 anos, a residir em centros urbanos, quem mais recorre ao Saúde 24 Sénior. O número de pessoas a aderir ao programa está a crescer, mas há idosos que receiam dar informações por via telefónica. O administrador da LCS sublinha que a adesão só é feita através do número da Saúde 24 e que se trata de um serviço público e totalmente gratuito. "Se for pedido qualquer pagamento, não é deste serviço", acrescenta. ●



REPORTAGEM Voluntários são fundamentais para ajudar idosos isolados em Alfândega da Fé que querem permanecer nas suas casas **Por** Glória Lopes

“Dão-nos muito em palavras, gestos e carinho”

O princípio do voluntariado é estar disponível para ajudar sem nada receber, mas Manuel António Vilharquide, 60 anos, reformado da PSP, não encara sem pagamento a ajuda que dá aos idosos da freguesia de Agrobom, em Alfândega da Fé. “Eles dão-nos muito em palavras, gestos e carinho. Isso faz a diferença na vida”, conta. Podia ter uma vida tranquila gozando a aposentação na aldeia, mas quando se deparou com

as necessidades dos velhos que não têm quem lhes deite a mão, não ficou indiferente e juntou-se ao Programa de Voluntariado para a Terceira Idade fruto de uma parceria entre a Câmara de Alfândega da Fé e a Liga de Amigos do Centro de Saúde, que atualmente cobre todo o concelho. São 38 voluntários que acompanham 83 idosos. “Uma vez por semana, vão a casa dos seniores e ajudam no que lhes pedem”, explicou Alexandra Castilho, coordenadora do programa.

Manuel António resolve-lhes pequenos problemas domésticos, mede a tensão arterial, compra medicamentos, leva-os ao centro de saúde e ao hospital, vai à farmácia, lê-lhes a correspondência, sintoniza a televisão. Ninguém lhe pediu nada, foi ele que se ofereceu quando viu que para esta faixa etária coisas simples são uma verdadeira dor de cabeça. “Quando precisamos de alguma coisa, chamamos o Manuel António. Ele está sempre disponível”, ga-



NO MANUEL FERREIRA / GLOBAL IMAGENS



"Violência financeira é cada vez mais relevante"

Paula Guimarães Jurista e presidente da Grace

Quais os principais crimes que afetam os idosos?

Não conheço as últimas estatísticas, mas creio que a violência financeira, muitas vezes não denunciada, é cada vez mais relevante.

A legislação acutela devidamente o direito à autodeterminação dos idosos?

A legislação sim, mas a prática dos profissionais e dos cuidadores não. Por vezes com boa intenção, com o objetivo de proteger, mas os familiares são os principais violadores da autodeterminação das pessoas idosas, no domínio da gestão do património e do projeto de vida.

Defende um quadro jurídico específico para idosos, à semelhança do que acontece com as crianças?

Nem pensar! As pessoas idosas são adultos e não devem ser alvo de medidas idiossincráticas.

Em que aspetos a lei deve modificada ou melhorada?

No que respeita à demência. Desde 1999 que a proposta de alteração do Código Civil aguarda que o poder político atue.

Há associação entre crise económica e criminalidade sobre os idosos?

É sempre um risco fazer nexos de causalidade, mas uma conjuntura adversa potencia o burnout e a exploração financeira.

"Os familiares são os principais violadores da autodeterminação das pessoas idosas"

Linha recebe queixas de abuso económico

A LINHA SOS Pessoa Idosa, lançada há três meses pela Fundação Bissaya Barreto para prevenir a violência contra a população idosa, recebeu 33 pedidos de ajuda. Abusos financeiros e atentados à autodeterminação, como o direito a escolher onde viver, são os casos mais reportados.

O projeto surgiu da constatação de que a violência contra pessoas idosas apresenta uma dimensão muito significativa: quatro em cada dez sofrem de abusos físicos ou emocionais, o que coloca Portugal em 5.º lugar entre 53 países, de acordo com dados da Bissaya Barreto.

"O que mais me chocou, nestes primeiros meses de funcionamento, foram as queixas de idosos institucionalizados contra a sua vontade ou, pelo contrário, retirados de lares, à força, pelos familiares", revela Fátima Mota, responsável do projeto sediado em Coimbra, mas de abrangência nacional através do número 800 910 100.

Uma idosa do Porto pediu ajuda à linha porque o neto quer colocá-la numa instituição contra a sua vontade. Outra de Coimbra, cuja filha está desempregada e quer retirá-la do lar, também solicitou apoio para resolver a situação. Foi aconselhada pelo gabinete jurídico da linha SOS Pessoa Idosa a fazer uma declaração, escrita e assinada, em que expressa a sua vontade de continuar na instituição.

"Os atentados à autodeterminação dos idosos são frequentes porque há a crença de que, a partir de certa idade, a pessoa está incapaz de tomar decisões quanto à sua vida. Muitas vezes, há questões financeiras envolvidas", sublinha a assessora para a área social da Fundação Bissaya Barreto.

Os abusos emocionais são também frequentemente reportados, embora os idosos revelem grande pudor em denunciar os familiares, segundo a responsável.



LISA SOARES / GLOBAL IMAGENS

Linha SOS Pessoa Idosa recebeu 33 pedidos de ajuda

DETALHES

SOS Pessoa Idosa

É um serviço que visa prevenir a violência e proteger as vítimas. Dispõe de uma linha telefónica (800 910 100) para acolher queixas e prestar informações, aconselhamento jurídico e psicológico, mediação familiar e atendimento presencial e, em caso de necessidade, apoio ao domicílio.

14139

crimes em 13 anos

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou, entre 2000 e 2012, 7058 processos de apoio a pessoas idosas. Dos mais de 14 mil casos reportados, 80% eram de violência doméstica. O cônjuge era o agressor em 25% dos casos.

ATENTADOS À AUTODETERMINAÇÃO DOS IDOSOS SÃO FREQUENTES

Na esmagadora maioria dos casos, as pessoas idosas não denunciam os familiares por "vergonha, medo das represálias do agressor, medo de ficar, só sem ter quem o cuide, medo de serem responsáveis pelo próprio comportamento abusivo dos perpetradores", explica José Ferreira-Alves.

Os efeitos dos maus-tratos podem ser devastadores. Tensão permanente, desânimo, depressão, perturbações do sono e sentimentos de raiva são algumas das consequências psicológicas que "provocam sérios danos físicos que aumentam a probabilidade de aparecimento de doenças", sublinha o investigador da Universidade do Minho.

HELENA NORTE



Ana Cordeiro, à direita, em cima, com Maria Martins. E Manuel António com Alexandrina Ramalho



rante Patrocínia Moreno, 81 anos.

Patrocínia diz que Manuel António é o seu "anjo da guarda", uma pessoa "como já não há". Também Alexandrina Ramalho, 85 anos, só tem palavras bonitas para dizer. "Ando sempre a incomodá-lo, mas ele não se importa, porque é boa pessoa", revela. Os elogios despertam a emoção em Manuel António, quando vê idosos como Francisco Ramalho, 90 anos, dizerem que a sua presença "é fundamental".

Importante é também Ana Cordeiro, 74 anos, aposentada da Função Pública, na vida de Maria Martins, uma idosa de Valverde com graves problemas de mobilidade. Ana não dá o tempo por perdido. O seu apoio é valioso para Maria que, para se deslocar, necessita de uma cadeira de rodas, que não consegue tirar sozinha da arrecadação. Para ir à missa ao domingo, Maria paga a uma rapariga da aldeia que a acompanha. Ana vai a Valverde uma vez por semana e trata de problemas na vila sempre que Maria lho solicita, sem outro pagamento que não seja "o obrigada e uma ou outra palavra mais amigável". Nem sempre é fácil, há dias de menos boa disposição, mas Ana não desiste e volta sempre.

O programa foi criado porque se constatou "a falta de uma rede de apoio aos idosos nas aldeias, que não querem ir para os lares de terceira idade", referiu Berta Nunes, presidente da Câmara. ●



É ponto assente entre partidos que casamento forçado deverá ser crime

Alteração decorre da Convenção para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, que entrou em vigor a 1 de Agosto. Parlamento prepara ajustamento da lei

Violência de género
Ana Cristina Pereira

Portugal deverá criminalizar o casamento forçado ou qualquer convívio equivalente. É um ajuste da legislação nacional à Convenção para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, conhecida por Convenção de Istambul, que a Assembleia da República está a preparar.

O Grupo de Trabalho sobre as Implicações Legislativas da Convenção de Istambul já ouviu as organizações indicadas pelos partidos. Terão agora de ser ouvidos em plenário o Conselho Superior de Magistratura, o Conselho Superior do Ministério Público e a Ordem dos Advogados.

Já há alguns consensos, segundo adiantou a coordenadora do grupo, a deputada Carla Rodrigues (PSD). E um deles é o do casamento forçado ou qualquer outra forma de convívio marital imposta. “Ratificamos a convenção sem reservas; vamos ter de cumprir o que lá está.” É ponto assente que este crime deve ser previsto na lei. De acordo com aquela convenção, que entrou em vigor a 1 de Agosto, os países signatários deverão “adoptar medidas legislativas ou outras necessárias para assegurar a criminalização da conduta de quem intencionalmente forçar um adulto ou uma criança a contrair matrimónio”. E a conduta de quem atrair uma criança ou um adulto para outro Estado com tal propósito.

Não é que exista um vazio legal. Conforme se pode ler num parecer emitido pela Associação Sindical de Juizes Portugueses, o casamento forçado pode configurar “coacção, sequestro, ameaças, escravidão, violência doméstica, coacção sexual, violação ou, no caso dos menores, abuso sexual”.

Falta, em Portugal, uma lei específica. Em Junho, a pensar em práticas de comunidades oriundas do Paquistão e da Índia, lembram os juizes, Inglaterra e o País de Gales passaram a punir com pena de prisão até sete anos quem forçar alguém a casar-se. “A nível nacional, a discussão teria de ser aberta, dependendo muito de qual a realidade ‘no terreno’ neste domínio.”

Portugal não está isento de tais práticas – pressupõe-se que acon-



Os casamentos forçados são uma prática residual nas comunidades de etnia cigana

teça no seio de comunidades de etnia cigana ou oriundas de países asiáticos ou africanos. Há ideia de que é residual, sustenta a deputada.

O caso mais violento de que há memória recente remonta a Abril de 2009: três homens e uma mulher foram indiciados pelo rapto de uma menina de 11 anos. Levaram-na de Santa Maria da Feira para Montemor-o-Velho e forçaram-na a “casar-se” com um rapaz de 18. Fora retirada para os pais biológicos e adoptada por outra família de etnia cigana e antes mesmo prometida àquele rapaz.

Ainda em Dezembro de 2013, a PJ deteve em Aveiro quatro pessoas de etnia cigana. Uma rapariga de 13 anos que vivia com um rapaz de 17. Segundo então comunicaram as autoridades, o casamento fora combinado entre os pais “segundo os seus costumes e tradições”. Foram implicados num crime de abuso sexual de menor.

“Há diversas formas de forçar” uma pessoa a unir-se a quem não

deseja, sublinha Maria José Casa-Nova, coordenadora do Centro de Educação para os Direitos Humanos da Universidade do Minho. “Há o forçar pelo rapto e há o forçar pela manipulação, pelo convencimento de que é o melhor.”

Combinação de casamentos

Ainda é comum, explica a especialista em comunidades ciganas, os pais combinarem os casamentos. Nasce uma criança e um pai vira-se para outro: “A tua filha [ou o teu filho] é para o meu filho [ou para a minha filha].” O outro responde sim ou não. Se responde que sim, as crianças ficam reservadas uma para a outra.

Na maior parte dos casos, o compromisso pode ser quebrado se a rapariga (ou rapaz) não gostar do noivo (ou da noiva). Nalguns casos, porém, as famílias não admitem ruptura. Pode fugir com quem lhe agrada umas horas ou uns dias para casa de pessoa “de honra”. Essa fuga bastará para que sejam considerados casados,

mas as suas famílias podem demorar anos a aceitá-los.

Nas comunidades ciganas, não há um papel assinado, um contrato legal que possa ser anulado por faltar vontade. Muitas vezes, nem sequer há idade legal – 16 anos – para contrair matrimónio. As raparigas casam-se, por norma, aos 14, 15, 16 anos e os rapazes aos 16, 17, 18, 19.

“São preparados para se casarem nessas idades”, diz Maria José Casa-Nova. A ideia vai sendo incorporada de forma mais ou menos inconsciente e, quando chega a hora, parece natural. O novo casal fica a morar em casa da família do noivo. “Os pais têm consciência de que eles ainda precisam de ser orientados e orientam-nos [por exemplo] no que diz respeito aos negócios.”

No parecer que entregou ao grupo de trabalho parlamentar, a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) defende que se estenda a criminalização de casamento forçado à “conduta de quem obrigue ou su-

jeite uma criança ou jovem, que não tenha idade núbil, a um determinado acto que, embora não em termos civis, se reconduz, na prática, a uma violência considerada como casamento, de acordo com as convenções sociais da comunidade a que pertença”.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) defende que se vá além do casamento forçado *stricto sensu* e que se abarque “qualquer forma de casamento precoce”. A União de Mulheres Alternativa e Resposta vai ainda mais longe: sugere que se criminalize “os casamentos precoces, os casamentos arranjados e a compra de noiva”. Fazer uma lei específica a criminalizar o casamento forçado parece uma opção adequada àqueles organizações. Entende a APAV, porém, que também pode ser encaixada no crime de tráfico de seres humanos. Tal permitiria enquadrar as diversas condutas típicas do tráfico de seres humanos – oferecer, entregar, recrutar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher a pessoa.

DANIEL ROCHA



Prazo para inscrições em concurso de fotografia termina na segunda-feira

RICARDO CARVALHAL



A violência doméstica é o tema do concurso

INICIATIVA O Centro Social Paroquial da Vera Cruz (CSPVC) tem inscrições abertas para um concurso de fotografia, sob o tema: “Violência Doméstica: Perspectivas”. Apelando “à adesão dos amantes da fotografia, a apresentarem os seus trabalhos, constituindo uma forma cívica, cultural e artística de denúncia deste problema e, ainda, uma forma visual e gráfica de prevenção”, a instituição informa que o prazo para os interessados se inscreverem termina já na próxima segunda-feira.

Esta iniciativa do CSPVC prende-se com a celebração do 9.º aniversário do funcionamento da “Casa Abrigo Vera Vida” naquele centro e que se destina “ao acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica acompanhadas ou

não dos seus filhos”. Revelando-se “atento e profundamente envolvido na prevenção” do fenómeno da violência doméstica, o Centro afirma que esta é uma forma diferente de lidar com a questão, uma vez que quem participar vai estar a “promover a arte como instrumento valioso ao serviço das questões humanitárias”.

Note-se que os últimos dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima revelam que 84,2 por cento dos crimes registados são do foro da violência doméstica. O número de mortes de mulheres em contexto de violência, perpetrados pelos maridos, companheiros, ex-maridos ou ex-companheiros representaram 55 casos em 2013, tendo sido já confirmados 19 casos fatais em 2014. AE

Paulina Lira visitou a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV-Braga)



A vilaverdense Paulina Lira, actual líder da JS de Vila Verde e candidata ao Departamento Federativo das Mulheres Socialistas de Braga "Juntos Pela Renovação", visitou a APAV- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, em Braga. A comitiva

socialista foi recebida por Teresa Sofia Silva, gestora do Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) da APAV de Braga, instalado numa sala cedida pela Junta de Freguesia de S. Victor, com o intuito de «avaliar um dos mais graves problemas que afetam as mulheres portuguesas, a violência doméstica».

Refira-se que os crimes praticados no âmbito da violência doméstica representam mais de 80% dos crimes registados pela APAV. Num total de 8 733 casos acompanhados pela APAV em 2013, 82,8% destes eram pessoas do sexo feminino, avança a instituição.

De acordo com nota da candidatura, «esta iniciativa está integrada num conjunto de visitas a instituições e serviços do distrito que apoiam e procuram resolver alguns dos problemas e necessidades que mais afetam as mulheres e a sociedade atualmente, no âmbito da apresentação da candidatura ao Departamento Federativo das Mulheres Socialistas de Braga JUNT@S PELA RENOVAÇÃO, procurando desde já a criação de pontes com a sociedade civil de forma a contrariar o desinteresse e distanciamento entre as pessoas e os partidos e demonstrando na prática as linhas de atuação futura do departamento se esta candidatura merecer a maioria dos votos das Mulheres Socialistas do distrito».

Uma noite de apelo e apoio à vítima



No âmbito da "Convenção para a Prevenção e o Combate à Violência Doméstica", conhecida por Convenção de Istambul que entrou em vigor a 1 de Agosto, os países signatários deverão "adoptar medidas legislativas ou outras necessárias para assegurar a criminalização da conduta de quem intencionalmente forçar um adulto ou uma criança a contrair matrimónio", e, ou, a conduta de quem atrair uma criança ou um adulto para outro Estado com tal propósito.

Nesta sequência, a vida que é feita de acasos, e disso mesmo nos deu conta o orador Mendes Bota ao evocar logo na abertura da sua conferência, a forma fortuita como abraçou esta causa humanitária, que lhe serviu de tema para encher copiosamente o salão nobre da Câmara Municipal de Loulé. Esta causa da vítima mais indefesa (mulher e criança), está na ordem do dia ao denunciar e tentar propor soluções que minimizem factores culturais ancestrais instalados na população a nível mundial. Estamos a falar da "violência contra as mulheres e contra as crianças", pomo central da temática tratada na noite (16/08/2014).

Em roda livre e senhor de todo o conteúdo feito de praxis, através das suas apresentações escritas ou intervenções públicas, M.Botas dissertou sobre o que de melhor ele sabe fazer, no dom conseguido pela sua longa carreira de tribuno.

Na mesa tinha a coadjuvado a figura icónica da Professora Doutora Maria José Magalhães, pessoa de uma afabilidade e fino tacto, digna dos mais altos pergaminhos pelo seu percurso de vida, agora dedicado à sua ONG – União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), em prol da defesa do mundo feminino.

Estas duas personagens (M.Botas e M.J.Magalhães) constituíram o fulcro central da conferência. M.Botas evoluiu através da ignomínia que rodeia o mundo feminino produzido a partir de grandes grupos organizados do tráfico internacional de carne humana através de todo o mundo e das condições infra-humanas a que as mulheres prostituindo-se, se vêem sujeitas aos desígnios dos grandes interesses mafiosos. M.J.Magalhães, pessoa plena de conhecimento adquirido no terreno através da sua vida profissional e académica, enquanto doutorada e Professora universitária, deu um contributo judicioso e de suporte teórico à dissertação proferida por M.Botas.

Feita toda a apresentação da matéria a tratar por M.Botas, seguir-se-ia o debate com o público presente. Se a primeira parte foi introdutória: a segunda parte foi a conjunção de saberes e práticas apresentadas pelos aparentes interventores anónimos presentes, pessoas altamente qualificadas, demonstrando as valências e as verdadeiras lições de vida a partir do seu dia-a-dia profissional como o de um médico do Hospital de Faro, ou de juristas e Juizes, professora do antigo ensino primário e outra do actual básico que, sempre a propósito e pedagogicamente intervieram, apresentado experiências, casos e formas de resolver tão grande problema que inquieta a sociedade dos nossos dias, com cenas continuadas de violência sobre as mulheres e as crianças que as levam ao assassinio. Por uma questão de espaço e de respeito por todos os interventores, não citaremos (fulanizaremos) os seus nomes, e por isso de antemão, nos salvaremos de cometer qualquer e desnecessária indiscrição.

Cabe aqui realçar que, ao abordar o que ali se passou naquela noite, não me moveu qualquer intenção partidária, já que não sendo apolítico, também não pertencio (ou jamais pertenci) a qualquer partido, ou indole partidária de forma activa, ou indirectamente, a não ser o fato de destacar o registo do orador Mendes Bota, feito sem tibiezas ou recuos na sua apresentação discursiva de elevado nível académico. Quiçá, terá sido a minha curiosidade em aperceber-me in loco, acerca dos seus dotes oratórios, o que nunca me tinha acontecido, que ali me levou naquela noite. E, de sobremaneira gostei de o ter escutado pela sua forma clara e concisa de exposição da temática a que se propôs tratar. Assistimos a um bom exemplo de intervenção cívica.

No final, ligeiramente apaixonado e conturbado, foi focado o caso das condições de atendimento e denúncia para os casos de violência doméstica, a serem dirigidos por parte das vítimas à Associação Portuguesa à Vítima (APAV). Esse gabinete encontra-se instalado no Posto da GNR em Loulé, e a merecer melhor localização e conforto, provida de maior recato para a vítima, longe de ouvidos (indiscretos [?]) que amanhã lhe possam ser incómodos.



David Lynch desenha roupa para ajudar vítimas de abuso

Solidariedade. Parte do valor angariado com as vendas reverte para as vítimas de crimes sexuais, que a fundação do realizador ajuda

CATARINA VASQUES RITO

A versatilidade criativa de David Lynch é tão vasta que para além de realizador, argumentista, produtor, artista plástico e músico, o cineasta deixou-se tentar pelo mundo da moda ao ser convidado para desenhar roupa para mulher, com um fim muito especial: ajudar vítimas de abuso sexual.

A estreia aconteceu em 2011 quando foi convidado pela marca Supreme a desenhar uma coleção cápsula de apenas duas *T-shirts*, uma com uma imagem do filme *Veludo Azul* e outra com um desenho original da sua autoria. Três anos mais tarde, o realizador nor-

te-americano volta ao mundo da moda, desta vez com uma coleção desportiva de inspiração *rétro*, para mulher. A Fundação David Lynch – que apoia vítimas de abuso sexual e violência doméstica, sem-abrigos e doentes mentais – em parceria com a loja *online* Live The Process, juntaram-se com o objetivo de ajudar vítimas de abuso sexual. Parte das receitas angariadas com a venda desta edição limitada reverte a favor desta causa.

Em Portugal, a APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – também já tentou “ter um projeto com estas características, no entanto, não foi possível a sua realização por questões logísticas e estruturais”, explica João Lázaro, secretário

geral da APAV, ao DN (*ver alegações finais*). A ideia não foi posta de parte, aguarda apenas “o momento certo auxiliado por infraestruturas adequadas à sua concretização”.

No ano de 2013, segundo o relatório oficial desta instituição, 258 pessoas foram vítimas de crimes sexuais, com destaque para as violações, de crianças ou adultos, que registaram 83 casos. Logo de seguida, o abuso sexual de crianças é o segundo crime sexual mais praticado em Portugal em 2013, com 70 queixas. “É importante prestar ajuda às vítimas e sensibilizar a opinião pública de forma a minimizar estes números que continuam a ser alarmantes”, salienta João Lázaro.



BIOGRAFIA

O cinesta surrealista

• Nasceu a 20 de janeiro de 1946, no Montana (EUA), estudou pintura e cedo começou a realizar curtas-metragens. Realizou para o cinema *O Homem Elefante* (1980), *Veludo Azul* (1986), *Coração Selvagem* (1990) ou *Mulholland Drive* (2001). A série de televisão *Twin Peaks* (1990) é da sua autoria.



A coleção desportiva para mulher, de David Lynch, está à venda no *site* Live The Process. As peças custam entre 65 e 80 euros (entre 100 e 200 dólares) e parte do seu valor reverte a favor das vítimas de abuso sexual apoiadas pela fundação do realizador

ALEGAÇÕES FINAIS LINHA DE ROUPA PARA AJUDAR VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL

“Chegámos a ter um projeto deste género que não foi avante”

CATARINA VASQUES RITO

O realizador de cinema David Lynch desenhou uma linha de roupa para mulher, com o intuito de ajudar as vítimas de abuso sexual que a sua fundação apoia. A APAV alguma vez pensou em levar a cabo um projeto deste género?

Há uns anos, chegámos a ter um projeto similar que não foi avante por questões logísticas. A parceria era com uma empresa estrangeira do setor da moda que queria colocar uma linha de roupa à venda numa loja virtual durante uma a duas semanas, à semelhança do que já tinha feito num outro país europeu, a Irlanda.

O que aconteceu?

Ter ideias é a parte fácil. Neste caso, é essencial pensar no mecanismo inerente ao próprio processo que muitas vezes é esquecido por não se estar por dentro das regras de funcionamento de determinados setores.

Como por exemplo?

Quando começámos a aprofundar como concretizar e comercializar a coleção, nós [APAV] percebemos que era necessário contar com o apoio de quem pudesse assegurar-se o acesso às matérias-primas (tecidos), o fabrico, a produção e a distribuição. E não esquecer que este género de iniciativas requerem o apoio de uma boa campanha de divulgação, para o grande público ter acesso e poder contribuir. No fundo, tudo isto envolve custos muito elevados de que a associação não dispõe.



JOÃO LÁZARO

Secretário-geral da APAV
Associação Portuguesa
de Apoio à Vítima

“

Este género de iniciativas requer o apoio de uma boa campanha de divulgação, para o grande público poder contribuir”

Quer com isto dizer que desistiram da ideia?
De forma alguma. Este projeto continua em cima da mesa, o problema reside na impossibilidade de o podermos realizar sozinhos. Este projeto do David Lynch contou com o apoio de um site de venda de roupa online. O site da APAV não poderia ser o vetor perfeito?

Poderia, mas não chega. A sociedade está cada vez mais sensível para estas temáticas do abuso sexual e da violência doméstica, no entanto, os resultados só se conseguem com uma estratégia bem implementada. Sendo Portugal conhecido pela sua indústria têxtil, não seria possível recorrer a uma empresa do setor para agilizar a produção e a distribuição?

Era perfeito. Se alguém estiver de facto sensibilizado para colocar em prática, com a APAV, um projeto com contornos semelhantes ao do David Lynch, nós estamos aqui. Nunca tentaram contactar nenhuma empresa ou a associação responsável pelo setor têxtil?

Diretamente, não.

David Lynch escolheu apoiar as vítimas de abuso sexual. Esta também poderia ser a escolha da APAV?

Infelizmente, quer as vítimas de abuso sexual quer as de violência doméstica, e ambas estão muitas vezes relacionadas, requerem a atenção por parte de todos os portugueses. É um processo. Nos últimos 10, 15 anos, temos conseguido resultados muito significativos mas ainda longe do desejado.

Ver noticiário na página 14



REPORTAGEM

sentimentos virtuais

"Margarida, devias estar calada pois, além de não valeres nada como escritora, pois o que tu fazes é 'copiar' histórias de grandes escritores com alguma mudança de palavras, devias sentir-te triste com o que dizes. Sabes o que é precisar de um médico e não poder pagar... sabes o que é ter fome e não ter o que comer... sabes o que é criar um filho desempregado... **CALA-TE NUNCA MAIS ABRAS A BOCA... NÃO VALES NADA COMO SER HUMANO**", Publicado por Maria João Antunes, a 9.11.2013, na página de Facebook 'Anti Margarida Rebelo Pinto'

Margarida Rebelo Pinto.

"Eu também lamento ó jonet,... é que, como por aí continuas,... eu com nada contribuirei, digo, pela primeira vez na minha vida,... Portanto já sabes,... não és solução, mas problema...", Piorquemao, in www.dn.pt, a 23.11.2012

Isabel Jonet.

"Não têm bife? Comam caviar como eu! Não têm caviar também? Olhem, comam a Isabel Jonet!", Pinto de Sousa, Paris, in www.dn.pt, a 11.11.2012

"É melhor não falar mais neste assunto. Ela é doente mental e ainda para mais estava bêbada. Gente desta casta não deve ser lida nos jornais. Cheiram mais mal que a ***.", José da Palma, in www.dn.pt, a 11.11.2012

"Quando a Pepa tiver um filho será o pepino", anónimo na página 'Eu quero ajudar a Pepa Xavier a comprar uma mala da Chanel'.

"Que tal ela comprar um dildo preto? É clássico e fica bem com todos", Paulo Mendes, na página 'Eu quero ajudar a Pepa Xavier a comprar uma mala da Chanel'.

Filipa Xavier.

O Movimento Contra o Discurso de Ódio - Jovens pelos Direitos Humanos Online é uma campanha do Sector de Juventude do Conselho da Europa, que vai decorrer até 2015, e é promovida por jovens e com jovens, online e offline. www.odionao.com.pt

ÓDIO

anda
à soltanas
redes sociais

Uma palavra mal empregue e em poucas horas o assunto torna-se viral na Internet, especialmente através das redes sociais. As páginas de ódio recolhem centenas de admiradores e os comentários ofensivos e sarcásticos ficam cada vez mais apurados. Porque é que há, afinal, tanto ódio a ser destilado virtualmente? O que é que nos faz usar perfis falsos, dizer o que temos a dizer como anónimos ou escondermo-nos atrás de uma alcunha indecifrável? Seja bem-vinda aos casos que mais tinta fizeram correr!

Por Marta Braga

Dia 6 de novembro de 2012. Isabel Jonet é convidada a intervir no programa 'Edição da Noite', da SIC Notícias. Foi há quase dois anos, mas parece que foi ontem, tal a controvérsia que gerou nas redes sociais. A presidente do Banco Alimentar Contra a Fome disse que "cá em Portugal não existe miséria", apesar de "estarmos mais pobres", fazendo ainda a comparação entre Portugal e a Grécia. "Vivemos de uma maneira idiota", acrescentou: "Sou do tempo em que se lavava os dentes com um copo. Os meus filhos lavam os dentes com água a correr." Fez ainda referência à troca de prioridades: "Ou vamos a um concerto de rock ou vamos tirar uma radiografia"; "Se não temos dinheiro para comer bifes todos os dias, não comemos bifes todos os dias. Esse empobrecimento é porque comemos bifes todos os dias e achávamos que podíamos comer bifes todos os dias. Não podemos!" O rastilho estava aceso. As palavras

de Isabel Jonet tornaram-se virais e inundaram perfis de redes sociais, ao ponto de, passados apenas alguns dias, já haver duas petições: uma de apoio ('Para que a Dra. Isabel Jonet fique por muitos e bons anos à frente do Banco Alimentar Contra a Fome'), outra de pedido de demissão do Banco Alimentar ('Demita-se! O Banco Alimentar Contra a Fome merece'). Se uns a atacavam e a criticavam com todas as suas forças, outros criaram a página 'Isabel Jonet, 20 anos a alimentar Portugal. Obrigada'. O tema foi provavelmente aquele que mais dividiu os portugueses e mais tinta fez correr nas redes sociais: se alguns acharam as suas declarações inconvenientes e ofensivas, chegando mesmo a ameaçar deixar de fazer do-nativos, houve outros que as consideraram assertivas e apropriadas. Quando a tempestade parecia já ter passado, ou pelo menos estar adormecida, Jonet voltou a agitar os ânimos em abril. Numa entrevista à Rádio Renascença, ao dizer que "o pior inimigo dos desempregados são as redes sociais", ficou

literalmente debaixo de fogo ao afirmar que "as pessoas ficam desempregadas e ficam dias inteiros agarradas ao Facebook, ou agarradas a jogos, agarradas a amigos que não existem, e vivem uma vida que é uma total ilusão". Esta é apenas uma das muitas polémicas que se tornaram virais nas redes sociais, em Portugal. O fenómeno é comum: há um acontecimento, as partilhas e comentários no Facebook, no Twitter e noutros fóruns sucedem-se e, de repente, o acontecimento torna-se viral. Lembra-se da história da 'Chanel da Pepa'? A autora do *blog* Fashion à Porter, à semelhança de outros *bloggers*, falava dos seus desejos para 2013. Foram muitos os que consideraram ofensiva a enumeração de desejos de Filipa Xavier, que incluía uma carteira Chanel, tendo em conta o período de crise que o País já atravessava. Em menos de um queimar de fósforo, tinha sido criada a página 'Eu quero ajudar a Pepa Xavier a comprar uma mala da Chanel'. A polémica foi tanta que, quando se apercebeu das proporções que as declarações

REPORTAGEM

*"A nossa lei é bastante atual no que respeita à tipificação de crimes. O problema é a ausência de condições materiais para os investigar",
Francisco Moita Flores*

estavam a atingir, a promotora do vídeo, a Samsung, mandou retirá-lo do ar, apesar de já ter sido visto e partilhado por centenas de utilizadores nas redes sociais.

Margarida Rebelo Pinto também faz parte das personalidades portuguesas que mais polémica têm gerado nas redes sociais, e tem sido fortemente criticada. Quando foi à RTP a propósito do lançamento do seu livro 'Há Sempre uma Primeira Vez', estava longe de imaginar a repercussão que as suas palavras, sobre as manifestações que estavam na ordem do dia, viriam a ter: "Fico profundamente triste, enquanto cidadã portuguesa, ao ver este tipo de manifestações: demonstram falta de civismo das pessoas, que vão interromper e tentar perturbar o trabalho daqueles que neste momento governam o País", afirmou a escritora, quando fazia a revista de imprensa, em novembro de 2013. Bruno Nogueira, na sua rubrica 'Tubo de Ensaio', na TSF, foi um entre as muitas centenas de portugueses que se insurgiram contra as palavras da escritora: "Ahhhh, OK, tinha-me esquecido de que estava a falar com um saco de brita. Oh, Margarida, eu vou explicar devagarinho, porque, como você diz, e bem, há sempre uma primeira vez, e esta vai ser a sua primeira vez a perceber um raciocínio lógico, aqueles que estão a governar este país é que estão a interromper e a tentar perturbar o futuro daqueles que neste momento estão a tentar sobreviver", ripostou Bruno Nogueira. "Eu, como todos os cidadãos, também tive cortes", acrescenta Margarida, enquanto Bruno responde com um "Sim, sim, sim, isso nota-se e o mais acentuado foi na inteligência". O caso continua por aí fora. Esta não foi a primeira vez que Margarida Rebelo Pinto se tornou alvo de duras críticas. A crónica que escreveu para o jornal Sol, intitulada 'As gordinhas e as outras', suscitou os mais variados comentários, nos quais muito fel foi destilado. A 27 de agosto de 2012, Margarida publicou no seu próprio mural no Facebook: "A crónica publicada no dia 17 de setembro de 2010 no jornal Sol, 'As Gordinhas e as Outras', não tinha por objetivo ofender ninguém. A todas as pessoas que se sentiram ofendidas com o teor da mesma, apresento as minhas desculpas." O pedido pouco efeito surtiu. Em menos de nada, criaram-se páginas no

Facebook contra a escritora, como 'Não gosto da Margarida Rebelo Pinto', a 6 de novembro de 2013, com 3167 gostos, mas que deixou de ser uma página "para todos aqueles que não gostam de Margarida Rebelo Pinto e sentem repulsa pela sua existência", uma vez que publica no seu mural os mais variados assuntos da atualidade. Esta não é a única página contra a escritora: a página 'Anti-Margarida Rebelo Pinto', com 2579 gostos, foi criada em 25 de agosto de 2012. Apesar de tudo o que foi dito e escrito sobre o assunto, Margarida não se arrepende das suas palavras: "Foram duas situações diferentes: a crónica sobre as gordinhas nunca criticou as gordinhas, apenas dissertava sobre o facto de por vezes serem perdoados às gordinhas certos excessos que não são perdoados a miúdas mais magras. O que demonstra da parte dos homens um paternalismo bacoco em relação às gordinhas. Foi mal-interpretada e, como é típico nas redes sociais, muitas pessoas começaram a escrever sem sequer a terem lido. No caso das declarações, em que usei do direito de liberdade de expressão consagrado na Constituição portuguesa para expressar a minha opinião, disse que era contra as manifestações dentro da AR (que são, aliás, proibidas por lei) e critiquei o modo de vida dos portugueses que durante anos viveram acima das suas possibilidades. Mais uma vez, o vídeo das minhas declarações foi truncado na net, e os ataques dispararam sobre a informação truncada e não a real, o que demonstra que o que se passa na net pode não corresponder à verdade dos factos", afirma a escritora. Relativamente ao facto de terem sido criadas duas páginas contra ela no Facebook, diz que nada fez e que se limitou a encolher os ombros. Dos comentários ofensivos, defendeu-se não os lendo, mas afirma que o seu filho adolescente sofreu com eles: "Foi muito duro ler insultos e ofensas gratuitas à própria

mãe." Nunca lhe passou pela cabeça processar alguém. Relativamente àqueles que a criticam e insultam, afirma: "São pessoas que nada têm a ver com a minha forma de estar e de ser. Não as conheço, não fazem parte das pessoas com quem me dou. Não falo de pessoas que não conheço. Essa é uma das grandes lições que as figuras públicas aprendem." Atualmente, Margarida Rebelo Pinto usa o Facebook para se "rir com os amigos mais próximos", divulgar o seu trabalho e criar laços de maior proximidade com os seus leitores.

QUANDO O PERFIL É FALSO E A LINGUA SE SOLTA

Quanto de nós não nos deparámos com comentários jocosos e críticas duras que são assinados por anónimos, autores de perfis falsos ou com *nicknames* dificilmente identificáveis? A psicóloga Filipa Jardim da Silva, da Oficina da Psicologia, afirma: "O anonimato proporciona uma sensação de proteção e de poder absoluto, por estar associado à ausência de consequências. Um perfil falso ou uma conta falsa de correio eletrónico possibilitam ações inconsequentes e mais agressivas."

O que levará a que alguém que na sua vida real nunca critica nada nem ninguém o faça com o maior dos à-vontades na Internet? Para a psicóloga, o espaço virtual é um palco amplo e aberto a todos, o que possibilita que todos possam atuar: "Como um palco que é, convida ao desempenho de personagens, podendo assim ampliar comportamentos distintos da vida real. O anonimato inerente favorece ações de *cyberbullying*, em que o agressor age na sombra, sendo muito difícil identificar os agressores em muitas situações, o que aumenta a sensação de impotência no alvo e a sensação de poder no agressor. Adicionalmente, o espaço virtual faz a agressão difundir-se rapidamente, chegando a qualquer pessoa, a qualquer sítio e a qualquer hora, e pode convidar a uma expressão deturpada de poder, por parte de pessoas que na vida real se sentem insatisfeitas: no mundo cibernético, não têm limites e sentem também que não sofrerão consequências pelas suas ações", defende a especialista. Apesar de já se ter evoluído nesta matéria, a legislação continua a ser pouco

eficaz no que diz respeito ao cibercrime, diz Francisco Moita Flores, escritor e ex-investigador da Polícia Judiciária: "A vítima pode sempre participar o crime às autoridades, e são vários os crimes que podem ser cometidos com recurso à Internet. Porém, esbarra num problema essencial. A maioria dos insultos, difamações e calúnias são feitos por avatares (perfis falsos), que a Polícia só consegue identificar se forem constituídos através de um IP que seja dessa pessoa e só por ela usado. A maioria esmagadora dos tipos que inventam perfis falsos socorre-se de cibercafés, frequentados por muitos utilizadores, ou, então, de endereços de IP sediados no estrangeiro, particularmente nos Estados Unidos."

Apesar das inúmeras vantagens da Internet, ela não deve ser dissociada do aumento da agressividade virtual. Vejamos o caso de Amanda Todd, de 15 anos, que se suicidou a 10 de outubro de 2012, devido a um caso de *bullying* do qual foi vítima durante três anos. A jovem não aguentou a pressão, publicou um vídeo no YouTube e pôs fim à vida. E se isto acontecesse em Portugal? A lei portuguesa prevê sanções para este tipo de casos? "A Internet é uma grande autoestrada da liberdade. Serve para aproximar pessoas, para negócios, para viagens, para notícias... É ilimitado o seu espaço de escolha. Porém, tem um reverso: a sua utilização para finalidades criminosas, como tráfico sexual de menores, branqueamento de capitais oriundos da droga e de negócios ilícitos, crimes genericamente designados por 'pedofilia', difamações, injúrias, calúnias... Enfim, um rol de crimes que se escondem por detrás dessa liberdade. Quanto maior é a dimensão da liberdade, maior é o patamar de insegurança nela incorporado. A nossa lei é muito atual no que respeita à tipificação dos crimes. O problema é a ausência de condições materiais para os investigar", comenta Moita Flores. Se alguém difamar outra pessoa através de um comentário malicioso na Internet, em que o difamador esteja devidamente identificado, o autor pode ser processado: "É corrente a existência de julgamentos por essas práticas insultuosas e vexatórias da dignidade humana. Não temos casos tão dramáticos como o de Amanda Todd, mas sem dúvida que ele seria



João Tordo.

Carta ao Pai

"(...) E é essa a razão pela qual escrevo: porque, quase sem o querer, li alguns dos comentários à sua partida. Muita gente se despediu com palavras de encorajamento. Outros, contudo, mandaram-no para Cuba. Ou para a Coreia do Norte. Ou disseram que já devia ter emigrado há muito. Que só faz falta quem cá está. Chamam-lhe palavrões dos duros. Associam-no à política, de que se dissociou activamente há décadas (...). E perguntaram o que iria fazer: limpar WCs e cozinhas? Usufruir da reforma dourada? Agarrar um "tacho" proporcionado pelos "amiguinhos"? Houve até um que, com ironia insuspeita, lhe pediu que "deixasse cá a reforma". Os duzentos e tal euros. Eu entendo o desamor. Sempre o entendi; é natural, ainda mais natural quando vivemos como vivemos e onde vivemos e com as dificuldades por que passamos. O que eu não entendo é o ódio", *João Tordo*.

"Pensa que vai compor e tocar à beira da praia e à sombra das bananeiras. Quando lhe roubarem a guitarra num arrastão, o espezinharem num rolezinho e lhe choverem balas por cima da cabeça é que eu quero ver. Os comunistas sempre foram muito parolos", LOL, in www.dn.pt, a 07.02.2014

Fernando Tordo.

"Como se diz em T.os.Montes...: 'Fazes cá tanta falta como os cães na missa'", Leandro, in www.dn.pt, a 11.02.2014

Cristiano Ronaldo.

"Só faz falta quem cá está. Este queixinhas há meses que andava a ameaçar sair, para ver se recebia um tacho. Felizmente ninguém caiu na balela. Vai e fica por lá, velho sem talento", Rua Palhaço, in www.dn.pt, a 07.02.2014

"Cristiano Ronaldo é o jogador mais nojento do mundo", Mário Magalhães, jornalista brasileiro, no seu próprio blog após a derrota de Portugal com a Alemanha por 4-0.

REPORTAGEM

“Muitas pessoas procuram na vida virtual, por detrás da proteção de um ecrã, colmatar falhas e insatisfações da vida real”, Filipa Jardim da Silva, psicóloga clínica

investigado e levado a tribunal.” Desenganam-se aqueles que acham que, se um difamador for anónimo ou utilizar um perfil falso, não pode ser processado: “Se forem identificados, a impressão das palavras é um bom elemento de prova”, acrescenta Moita Flores.

QUANDO A AGRESSIVIDADE SUPERA LIMITES

Se soubesse o que sabe hoje, o escritor João Tordo não teria publicado a ‘Carta ao Pai’, o músico Fernando Tordo, no seu *blog*. Tudo começou quando o cantor veio a público (através do Facebook) anunciar que ia emigrar para o Brasil: “Regressei há dias do Brasil, para onde agora vou viver e trabalhar. Uma coisa não vai sem a outra, a vida aqui no meu País, ao fim de 50 anos de profissão, tornou-se impossível, sem trabalho. Mas vou sem amargura, sem tristeza.” Tal como em todos os casos que se tornaram virais, os comentários mais e menos agradáveis sucederam-se. Aliás, a notícia sobre o caso que foi publicada no *site* do DN tem associados 115 comentários, mas o jornal avisa desde logo, como faz sempre que abre uma notícia a comentários, que o “conteúdo é eventualmente ofensivo” acrescentando: “Por opção editorial, o exercício da liberdade de expressão é total, sem limitações, nas caixas de comentários abertas ao público disponibilizadas pelo Diário de Notícias em www.dn.pt.” Os textos aí escritos podem, por vezes, ter um

conteúdo suscetível de ferir o código moral ou ético de alguns leitores, pelo que o Diário de Notícias não recomenda a sua leitura a menores ou a pessoas mais sensíveis.” Ou seja, quem quiser aceder aos comentários tem de clicar em ‘Aceitar’ numa caixa de comentários sem moderação.

Na notícia relativa a Fernando Tordo, houve quem, nos comentários, sugerisse que o cantor se fosse embora e deixasse cá a reforma, que fosse e que não voltasse, etc. Esta foi a primeira vez que João Tordo viu a vida de alguém tão próximo, neste caso o seu pai, invadida na Internet. Os comentários deixaram-no “um bocadinho perplexo” porque tem “dificuldade em entender a maldade”. Se fosse hoje, não publicaria a carta: “Atraiu atenção desnecessária e colocou-me na posição desconfortável de ter de me justificar. Atraiu muita atenção que nunca quis: sou um tipo muito discreto e gosto de passar despercebido. Aprecio que me leiam: nos meus textos está tudo o que tenho para dizer. Percebi isso, claro, *a posteriori*.” Para o escritor, há muito fel a ser destilado nas redes sociais: “É mais seguro e confortável. Estamos protegidos pelo anonimato e pela distância. Ninguém numa situação ‘real’ chama aos outros os nomes que as pessoas chamam nas redes sociais. Não nos passa pela cabeça estar na fila de um restaurante e insultar alguém que nos passou à frente com a violência com que acontece na Internet.” Por essas e outras razões, João afastou-se muito das redes sociais. Mantém o correio eletrónico e a página de Facebook, que utiliza de forma muito comedida.

O ÓDIO ALIADO À POUCA AUTOESTIMA

“Quero que morras”, “não mereces o ar que respiras”, “atrasada mental”, entre muitos outros, são comentários que surgem às dezenas na Internet, sobretudo nas redes sociais. Estará o *online* a apurar a nossa maledicência e a fazer-nos mostrar o pior de nós mesmos? Para a psicóloga Filipa Jardim da Silva, o mundo virtual tende a ampliar fenómenos da vida real: “O ser humano, enquanto ser social que é, gosta de observar e comentar. O que acontece atualmente é que os comentários *online* têm uma audiência significativamente maior do que os comentários feitos presencialmente, adquirindo uma

componente viral e deixando um registo intemporal.” Esta especialista vai mais longe ao afirmar que há “pessoas tóxicas, que se comportam como parasitas sociais, procurando oportunidades para humilhar seja quem for” e que, por tendência, são pessoas com “baixa autoestima e depressividade, que procuram melhorar o estado de espírito com ações de poder em que possam experimentar o oposto do seu dia a dia”. Se juntarmos a isto o facto de os limites aos comentários não serem muitos, estamos perante alguém “que ganha uma coragem muito superior à real, escrevendo para um ecrã o que lhe ocorre, sentindo-se por instantes superior e forte”, explica a psicóloga. Por mais que alguns meios façam um esforço para travar alguns comentários mais agressivos, como o jornal Público, por exemplo, que avisa desde logo que “são impublicáveis acusações de carácter criminal, insultos, linguagem grosseira ou difamatória, violações da vida privada, incitações ao ódio ou à violência, ou que preconizem violações dos direitos humanos, etc.”, esta será apenas uma ínfima parte do que se passa no mundo virtual. Para Moita Flores, e apesar de estar a ser feito um esforço para inibir “a entrada de alarvidades insultuosas, de palavras ordinárias, de difamações, entre outras coisas, nas caixas de comentários”, a verdade é que estas tentativas “são uma gota de água no oceano do ódio, da inveja, do despeito, da raiva, da mentira”. Diz: “Quem o faz sabe-se a coberto do enfrentamento daquilo que escreve. É a cobardia levada ao extremo e a maldade tornada uma prática bestial.”

Há quem opte por ignorar e passar à frente, sem pensar muito no assunto. No entanto, quem se sentir lesado pode e deve participar o ocorrido à Polícia Judiciária, “embora seja difícil obter endereços de IP instalados no estrangeiro; os pedidos feitos às autoridades desses países, sobretudo o grande paraíso que são os Estados Unidos, raramente têm resposta”, avisa Moita Flores.

Os casos polémicos vão continuar a existir, o seu fator viral também, mas cabe a cada um de nós pensar que um comentário pode ter repercussões que à partida não imaginamos. Exprima-se, manifeste-se, mas pense antes de o fazer e, sobretudo, tente colocar-se na posição de quem está a ser atacado, mesmo que virtualmente. ●

O suicídio de Amanda Todd

Amanda Todd, de 15 anos, suicidou-se no dia 10 de outubro de 2012, devido a um caso de *bullying* através das redes sociais. A jovem não aguentou a pressão, publicou um vídeo no YouTube e pôs fim à vida.





! a ferver

O que é feito de si?

Álvaro Laborinho Lúcio

**‘Sou um jovem escritor
com um grande futuro atrás de si’**

O antigo ministro da Justiça de Cavaco Silva escreveu, aos 72 anos, um romance. Retirado da vida pública, o agora juiz jubilado do Supremo Tribunal de Justiça despiu os paramentos de homem institucional e abraçou os prazeres – e as angústias – da escrita

POR ALEXANDRA CORREIA TEXTO E ALEXANDRE BORDALO FOTOS ATUAIS

Não é a primeira vez que Álvaro Laborinho Lúcio escreve um livro. Mas, regra geral, a palavra justiça consta do título. Desta vez não. *O Chamador* (Quetzal), assim se denomina a nova obra, é o seu primeiro livro de ficção e tem como protagonistas os proscritos da sociedade. São reclusos, marginais, sem-abrigo, pessoas reais com quem se relacionou ao longo da vida, resgatando-as ao esquecimento e fantasiando uma relação com elas. «Há uma ideia que me perturba: é a de saber que existe tanta gente que nasce, vive e morre sem ninguém saber delas», diz. Sentindo-se agora com total liberdade para escrever, despedido das funções que ocupou e que deram dele uma imagem essencialmente institucional, Laborinho Lúcio é agora um aspirante a escritor, nascido na Nazaré há 72 anos, terra onde fazia teatro enquanto acabava o liceu. Aliás, terminado o ensino secundário, a decisão colocou-se entre ser ator ou ter uma carreira na justiça. Ficou-se pela segunda. Foi juiz, diretor do Centro de

Estudos Judiciários, secretário de Estado e ministro da Justiça, ministro da República para os Açores e deputado. É, agora, um «jovem escritor»...

Este ano lançou um romance. De onde lhe veio a vontade de escrever ficção?

É uma vontade com muitos anos. Não havia nenhuma consciência quanto à capacidade para o fazer e não houve nenhuma tentativa para o fazer antes. Porque tinha uma ligação institucional muito forte, pelo tipo de funções que exerci, e sempre entendi que a ficção me obrigava a libertar primeiro dessa vinculação institucional para poder estar completamente à vontade. Tenho

1990
Laborinho Lúcio
era ministro
da Justiça



Fazia parte do Governo de Cavaco Silva e foi um ministro polémico. Teve duras guerras com os magistrados e até com os seus próprios colegas de Governo

muito respeito pela ficção e sou um mero principiante. Sou um jovem escritor com um grande futuro atrás de si.

De que forma as suas funções o inibiam de escrever ficção? Um ministro ou um

Não quero ser pretensioso, mas quero ter uma escrita comprometida, como a que fiz em ‘O Chamador’, que chama a atenção pela maneira fácil como nós excluimos os outros



2014
Escreveu
um romance
e quer lançar
mais livros



Vive em Coimbra, mas passa muito tempo em Braga, uma vez que está ligado à Universidade do Minho. Dedicar-se a várias associações cívicas e à escrita

Juiz não podem escrever um romance?

Claro que podem. Não há nenhum princípio geral, são dificuldades minhas. Se vou escrever um livro em que digo que a verdade não é o que se regista, é o que está para lá disso, é a fantasia... Como juiz não posso dar esta imagem porque, como juiz, estou vinculado a uma outra ideia de verdade, processual, que sempre respeitei aliás.

O Chamador baseia-se em pessoas reais...

Qualquer semelhança entre as personagens do livro e a realidade é pura realidade. Aquelas pessoas existiram e o livro dá delas a essência da sua interioridade.

A partir daquilo que eu entendi que era a sua interioridade, ficciono cada uma das narrativas. Aquelas 23 personagens são pessoas que eu conheci, foram importantes para a minha vida, mas não têm qualquer reconhecimento social. São marginais, reclusos, um doente mental... Há uma ideia que me perturba: é a de saber que existe tanta gente que nasce, vive e morre sem ninguém saber delas. São inexistências humanas. De alguma forma, isto foi um motivo para a escrita. Mas não escrevi um livro de memórias. Peguei num narrador, que é um encenador teatral, e é ele quem ficciona as histórias.

De que forma se relacionava com essas pessoas na vida real?

Todos tiveram significado para mim. Alguns pela via profissional [como os reclusos ou os marginais]. Por exemplo, a Tininha, artista de circo, era aquela mesmo Tininha por quem o encenador, rapaz de 17 anos, era apaixonado. Foi uma paixão da adolescência completamente platónica.

Uma paixão sua?

Não digo que é minha, é do encenador e ele é que sabe... Outra personagem era um arrumador de automóveis que se tornou sem-abrigo e que encontrava junto ao



:a ferver o que é feito de si?

Não sinto saudades da política, mas também não tenho nada que me faça recriminar pelo facto de ter tido uma atividade política ativa



Momentos Laborinho Lúcio na sua tomada de posse enquanto ministro da Justiça; ao lado do então presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César; num jogo de futebol entre amigos

Voltou a fixar-se na Nazaré, onde nasceu?

Não e vou pouco à Nazaré. Vivo em Coimbra e ando muito para norte, nomeadamente Braga, onde estou muito tempo.

E voltou aos Açores?

Felizmente sou amiúde convidado para lá ir fazer intervenções. Sempre que me ligam dos Açores, eu digo logo que sim e só depois é que pergunto o que querem que eu lá vá fazer. Fiquei com uma ligação muito forte e verdadeira aos Açores. Foi uma experiência política e institucional muitíssimo interessante, que me valorizou muito, e que, de alguma forma, terá tido uma correspondência, mínima, daquilo que eu fui capaz de fazer enquanto lá estive.

Na Nazaré fez teatro. Ainda é movido pelo bichinho dos palcos?

Não é um bichinho que eu mate vivendo, mas assistindo o mais que posso. O teatro foi sempre um apelo muito grande.

Também andou sempre nos palcos: na política e nos tribunais...

Sim, nessa medida sim. A democracia, a filosofia e a justiça nasceram ao mesmo tempo do que o teatro. Um dos valores fundamentais da justiça – o contraditório – nasceu justamente no teatro pelas mãos de Ésquilo.

Tem saudades da política?

Não, mas também não tenho nada que me faça recriminar pelo facto de ter tido uma atividade política ativa. De uma maneira geral, não tenho grandes saudades do

► espaço onde eu trabalhava. À noite saía, sentava-me ao lado dele e conversávamos. No livro, passo o testemunho ao encenador e ele fantasia uma relação com aquela personagem.

É o início de uma carreira? Vêm aí mais livros?

Gostaria que sim. E quero impor a mim próprio a obrigação de procurar esse caminho. Tenho ideias, estou a começar a escrever. Não é escritor quem escreve nem quem quer, mas quem é reconhecido como tal e eu não sou, neste momento. Mas quero dizer que a escrita, para mim, não é o passatempo de um reformado. Sinto prazer e angústia na escrita. Não quero ser pretensioso, mas quero ter uma escrita comprometida, como a que fiz em *O Chamador*, que chama a atenção pela maneira fácil como nós excluimos os outros. Mas no caso de não vir a publicar mais nenhum livro, não tenho razões para ter frustrações. É uma atividade que eu gostaria de prosseguir, mas já não

estou na fase de estar à procura da grande aspiração da minha vida.

Não está atrás do Nobel?

Claro que não. Nesse sentido irónico e de humor, não pretendo ganhar nenhum Nobel.

Além de escrever, o que faz na reforma?

Jubilei-me quando ainda era ministro da República para os Açores (2003-2006). Faço imensas coisas, não tenho muito jeito para estar quieto. Sou presidente do conselho geral da Universidade do Minho, onde dou algumas aulas em mestrados – Direito Judiciário e Direito das Crianças.

As associações cívicas continuam a fazer parte da sua vida?

Sim, também elas ligadas aos direitos das crianças. Como a Associação CrescerSer, de que sou fundador. Faço parte do conselho geral da Fundação do Gil e tenho ligação à APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.



:a ferver o que é feito de si?



De visita Ao lado de Durão Barroso e de Mota Amaral, durante as festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres, em Ponta Delgada; e num congresso da cidadania, em S. Miguel

► passado, continuo a achar que o futuro é sempre melhor. Mas tenho excelentes recordações e creio que não teria feito nada, do ponto de vista das opções, de muito diferente do que aquilo que fiz. Não há arrependimentos.

Mas nunca se comprometeu a nível partidário, manteve-se sempre como independente.

Eu disse um dia que não era ministro, estava ministro, porque profissionalmente eu era magistrado. A magistratura foi aquilo que eu decidi ser; a política foi um espaço onde eu decidi estar porque entendi que poderia dar algum contributo interessante. Por outro lado, um dos meus defeitos é a dificuldade em assumir compromissos que venham a pôr em causa, de alguma forma, a minha liberdade. E tinha a ideia de que o compromisso partidário poderia vir a caminhar para aí.

Como vê a nova reforma da organização judiciária que entra em vigor em setembro?

Antes de responder, quero dizer que exerci funções de ministro da Justiça durante cinco anos (de 1990 a 1995) e, portanto, enfileiro-me no grupo daqueles que também são responsáveis pelo que se diz ser o mau funcionamento da justiça. Não responsável

ativo por ter feito com que a justiça funcione mal, mas passivo por não ter encontrado mecanismos que a façam funcionar melhor. Esta é uma reforma muito importante enquanto ideia. Julgo que ela tem alguma perda quando passa da ideia para o papel e receio que ela vá ter uma perda significativa na passagem do papel para a sua aplicação prática. Não podemos perder a dimensão da ideia e temos de encontrar forma de acompanhar a implementação no terreno. Se entendermos a organização judiciária como um lego, esta reforma é uma peça, mas não é o lego todo.

O encerramento de tribunais não tem uma motivação apenas focada na eficiência?

A grande concentração pode levar a resultados negativos do ponto de vista da eficiência porque estamos a concentrar realidades de espécies muito diferentes. Por outro lado, a ideia de retirar tribunais de grandes espaços do território não é a que mais me agrada porque, no limite, isso significa uma retirada das instituições republicanas.

O nosso sistema judicial tem capacidades para ir até ao fim em processos como este do BES a que estamos a assistir?

Deve ter todos os meios para poder ir até ao

fim. E deve compreender que a resposta que der a situações deste tipo é fundamental para a sua credibilidade ou para a sua descreditação. Agora julgo que precisamos de olhar para esta situação do BES, ligando-a ao que aconteceu com o BPN e com o BPP – embora em dimensões e em naturezas completamente diferentes – e, enquanto cidadãos, perguntar: o que é isto? Que modelo económico, social e político é que construímos? Como é que vivemos dentro deste modelo? Qual é o lugar dos valores? Os fins já justificam os meios? Temos de compreender que, muito do que acontece, acontece também por falta de comparência de uma intervenção cidadã forte para fazer regressar uma dimensão política às grandes opções da vida. Se não for assim, podemos continuar à espera que os tribunais atuem – e eles atuarão, melhor ou pior, mais ou menos aceleradamente –, mas não é por aí que se modifica significativamente o panorama onde estas matérias estão a surgir. Elas nascem como cogumelos, os reguladores dizem que não têm capacidade para prevenir as situações antes delas se manifestarem... Não estamos apenas perante uma dimensão criminal; o principal é saber se queremos continuar a ser protagonistas de um modelo que, pela sua própria natureza, ao que parece, vai gerando situações deste tipo. ▣

entrevista

JESSICA ATHAYDE

'Tinha vergonha de dizer que queria ser ACTRIZ'

Filha de pai português e mãe inglesa, cresceu em Inglaterra. Só voltou para Portugal aos 11 anos, altura em que aprendeu a falar português. Jessica Athayde sempre soube que queria ser atriz, mas a insegurança quase a traía. Estreou-se nos **Morangos com Açúcar** e agora, aos 28 anos, dá vida a Bárbara, a primeira personagem adulta da sua vida

Texto de Raquel Carrilho Fotografias de José Sérgio

É uma das protagonistas da nova novela da TVI, Mulheres, e é a primeira vez que tem um papel adulto, de uma mulher vítima de violência doméstica. Como foi a preparação?

Quando recebi a personagem fiz imenso trabalho de pesquisa, sobretudo *online*. Mas só senti o clique quando fui com o meu marido na novela, o Luís Gaspar, à APAV. Construímos as personagens em conjunto porque sabíamos que dependíamos um do outro. Falei com mulheres vítimas de maus-tratos e com pessoas que lidam diariamente com estas situações. A verdade é que não sabia muito sobre o assunto. Tinha aquela ideia que havia homens que batiam em mulheres e que deviam ser doentes. Não conseguia perceber mulheres que ficavam em casa. Agora consigo ter outra perspectiva sobre essas mulheres. Conheci casos que, ao fim de anos, apresentaram queixa, eles foram presos e elas vão visitá-los à prisão. Descobri também que a violência começa logo no namoro e essas mulheres casam na mesma. E descobri que não estamos só a falar de classes sociais baixas.

Como a receberam essas mulheres?

Senti que não havia muita gente com interesse e vontade em falar no assunto. O que compreendo. Mas depois de a novela estar no ar passei a receber muitas mensagens de mulheres que já foram vítimas e que elo-

giam o meu trabalho. Mais do que as dores, o lado emocional, ter um homem a dizer constantemente a uma mulher que ela é uma merda, é muito violento.

Até como atriz isso se sente?

Sim, porque é real. Sinto que, enquanto estou ali a fazer aquelas cenas, há mulheres em casa a passar por coisas 20 vezes piores. Tenho a sorte de estar a viver um papel que, como atriz, me dá pica, mas é horrível porque sei que é real. Eu mesmo em lutas en-

Depois da Mimi [de Morangos com Açúcar] fazia-se a ligação que eu era loira, burra e realmente tinha aquela voz

cenadas, magoei o ombro a ser puxada, estive uma semana sem me mexer bem.

Sente que é a primeira vez que tem um papel de adulta?

Sim, comecei a trabalhar na TVI há dez anos, com um papel cómico e a verdade é que me é mais natural compreender os papéis cómicos. Mas precisava mesmo desta oportunidade. Já tinha feito um ou outro papel que não foi cómico, mas era sempre a filha mimada, a adolescente revoltada... Aqui estou numa novela que se chama **Mulheres** e eu sou uma dessas mulheres. Finalmente deram-me um papel de mulher: a Bárbara tem 33 anos e eu tenho 28.

Por que acha que isso acontecia?

Tenho consciência que tenho um timbre de voz que é jovem. E que o meu aspecto não é carregado. Compreendo que, na minha faixa etária, se dê prioridade a outras atrizes. Mas desta vez a TVI arriscou.

Ficou assustada?

Sinto-me sempre assustada, sinto sempre a pressão e a responsabilidade. Mas também é o que me dá pica para trabalhar.

Falou da sua voz. É algo que joga contra si?

Sim, porque me dá um lado mais infantil. Mas há outros casos: basta vermos a voz da Sandra Faleiro, que é uma atriz espectacular mas tem uma voz aguda. Não temos todas a voz sexy e rouca da São José Correia. Mas gostava! Durante anos ouvi dizer que não colocava bem a voz. Mas é a minha voz.

Essa análise é de quem já resolveu a questão.

Mas não deve ter sido sempre assim...

Vivi mal com isso durante algum tempo. Era criticada pela minha voz. Mas ao fim de muitas aulas assumi que esta é a minha voz. Posso trabalhá-la para personagens, mas esta é a minha voz.

A questão da voz começou a ser comentada logo no seu primeiro papel, a Mimi de Morangos com Açúcar.

Sim, mas aí eu tinha uma voz forçada. A Mimi tinha a voz mais irritante do mundo.

O que recorda dessa primeira experiência?

Parece que foi há muito tempo... Acor- dava às 5h30 porque vivia no Estoril, ►

Dos 11 anos em Inglaterra lembro-me que vivia em frente à praia. E lembro-me de crescer a comer mal

apanhava um autocarro e um comboio, no Cais do Sodré tinha o transporte dos estúdios. Trabalhava de segunda a sábado da primeira à última cena. Chegava a casa às 23h e nunca me queixei. Hoje em dia estou uma semana a gravar e já levo as mãos à cabeça. Não há nada como o primeiro trabalho, os Morangos foram um projecto pelo qual tenho imenso carinho. O difícil foi depois, o nunca saber se há um projecto a seguir. Isso é que é difícil. Trabalhamos a recibos verdes e portanto não temos direito a nada. É uma profissão injusta. Mas foi a que escolhi.

Ainda assim tem contrato de exclusividade.

Tenho. Desde o primeiro momento que o assinei, soube que um dia irá terminar. Mas claro que é um conforto.

Como foi sentir a sua vida virada do avesso com o sucesso repentino dos Morangos?

Não tive a vida assim tão virada do avesso porque passava o tempo todo a trabalhar. E depois acontecia uma coisa: vivíamos numa bolha. Passávamos o tempo todos juntos, era quase um **Big Brother**. Estávamos sempre juntos e éramos todos amigos. As coisas mudaram foi depois. Quando fomos fazer o musical, que eu não queria fazer porque queria deixar a Mimi, comecei a ver outras atrizes já escaladas para os próximos projectos. E eu não estava porque não sabiam se era capaz de fazer um papel que não fosse cómico. Tive de ir a *casting*. E sentir que estavam a duvidar de mim. Nos **Morangos** estava tão em altas, fazia tão bem, era tão cómica, mas quando comecei a entrar no mundo real vi as pessoas a duvidarem de mim. E tive de voltar a provar que conseguia. Mas percebi que é sempre assim, temos de estar sempre a provar. Agora estou a tentar provar que não é preciso darem-me só os papéis de piriquete.

Sentiu o estigma de a verem como a personagem Mimi, uma betinha do Estoril?

Sim. Fazia-se a ligação que eu era loira, burra e que tinha realmente aquela voz. E depois entrei na Ilha dos Amores e fiz o pa-

pel de uma filha mimada, que também não resolveu essa imagem. Nessa altura fiz *coaching* porque não estava minimamente preparada, não tinha bagagem para trabalhar com atrizes como a Elisa Lisboa, a Susana Arrais... Acabei por me mudar para Lisboa e, em vez de passar horas em transportes, tinha aulas.

Sente falta de uma oportunidade no teatro ou no cinema?

Não sei o que virá a seguir a esta novela. Gostava de ter a independência financeira para dizer que ia descansar da televisão, ia estudar e bater às portas das companhias de teatro e tentar a sorte. Mas essa não é a minha realidade. Adapto-me ao que tenho e dedico-me a isso. E acredito que as coisas vêm com o tempo. Sinto que ainda vou ter essa oportunidade de fazer cinema ou uma grande peça de teatro. Até lá vou vendo outros colegas. E o importante é que continue a existir quer teatro quer cinema.

É inglesa de parte de mãe?

Sim. A minha mãe casou com um piloto português, mudou-se para cá e teve o meu irmão. Depois conheceu o meu pai, outro português. As minhas tias inglesas também estão todas cá, casadas com portugueses.

Cresceu dividida entre os dois países?

Nasci e fui logo para Inglaterra. Cresci em Devon, que não é Londres, é *countryside*. Só voltei aos 11 anos. Até lá só vinha a Portugal de férias.

O que recorda desses 11 anos?

Da escola, sobretudo. E lembro-me que vi-

Até hoje me lembro de coisas horríveis que me disseram na adolescência. Tinha os dentes tortos e era escanzelada

via numa rua em frente à praia e que passeava no areal cheio de alforrecas. E lembro-me de crescer a comer mal.

Só quando veio para Portugal é que começou a comer bem?

A minha mãe cozinhava muito mal (risos). Era cozinha de inglesa. Hoje em dia é uma excelente cozinheira e até vou lá a casa buscar comida. Mas não fui uma criança que cresceu a comer bem, como os portugueses. Os 11 anos são uma idade complicada para mudar de país?



Pois são. Fui para uma escola inglesa e isso facilitou a adaptação. Mas quando vim para cá não falava uma única palavra de português porque o meu pai também falava comigo em inglês. Comecei a aprender a falar português aos 11 anos. Ainda hoje dou uns belos pontapés no português.

Sentia-se uma outsider?

Sim. Até porque a própria educação é diferente. A minha mãe era muito mais rígida do que as mães das minhas amigas. Eu tinha horários para cumprir, coisas para fazer, e se não cumprisse não tinha hipótese. Senti que a educação em Portugal era mais descontraída do que em Inglaterra.

Ao longo dos anos sente que se foi apertando?

Sim, tornei-me mais descontraída.

Quando se começou a sentir confortável em Portugal?

Acho que foi só quando comecei a trabalhar e descobri aquilo que gostava de fazer. A idade tem sido uma coisa boa na minha vida. Trouxe-me outra sabedoria. Odiei ser adolescente, não fui daquelas que abraçou a adolescência.

Não era a miúda gira e popular?

Nada disso. Era magra demais, escanzelada, tinha os dentes tortos e grandes. Depois cresci... (risos) A verdade é que até hoje me lembro de coisas horríveis que me disseram na adolescência.



E já sabia que queria ser atriz?

Tinha vergonha de dizer que queria ser atriz. Tinha amigas que assumiam o que queriam, mas eu era muito insegura e tinha vergonha porque achava que me iam dizer logo 'pois, com esses dentes vais mesmo conseguir'. A primeira agência onde fui parar, olhou para mim e disse que eu ficava mas que tinha de arranjar os dentes. Nunca arranjei. Pouco tempo depois juntei-me à Elsa Gervásio, na Just, com quem estou até hoje, que desde o início me proibiu de mexer nos dentes. Volta e meia ainda oiço de alguns clientes que podia pôr os dentinhos para dentro. Aprendi a viver com as minhas imperfeições, mas foi um processo.

Como foi parar a uma agência de modelos?

Porque era muito magra e alta. Aos 14 anos já tinha esta altura, por isso estou sempre marreca. Aos 16 anos apanharam-me na rua, como acontece com muitas miúdas. Ainda fiz umas publicidades e trabalhos de hospedeira. Comecei a ganhar dinheiro com esses trabalhos. Mas nunca fui modelo, fico nervosa a tirar fotografias. Quando comecei a querer levar a sério o ser atriz, falei com a agência e comecei a fazer castings. E a não ficar.

Ouviu muitos 'não'?

Quando fui ao casting para os **Morangos** já tinha feito audições e nunca me ti-

nham corrido bem. Estava descrente das minhas capacidades. Por isso, aos 17 anos, fui para Londres. Foi a decisão de uma adolescente que não tem a certeza do que quer fazer na vida. Dois meses depois de estar em Londres vim para as férias de Verão, fiz o casting e nunca mais voltei porque entretanto fui chamada para mais seis castings com diferentes actores. E fiquei.

Tenho má relação com alguns jornalistas porque mentem. Estão no meu caderninho preto

Foi em Londres que conseguiu pôr fim à sua insegurança?

Sim, porque fui com 18 anos e fui trabalhar para um clube nocturno a servir copos. Não fui para lá com os meus pais a pagarem-me tudo. Tinha decidido que precisava de um tempo para experimentar outras coisas e fui viver com uma amiga que já lá estava. Voltei com mais confiança, algumas aulas e ganhei o casting para os **Morangos**.

Depois dos Morangos fez a Ilha dos Amores.

Sim, que para mim foi das melhores novelas que já foram feitas. Agora seria difícil ir fazer uma novela assim, nos Aço-

res, por causa do meu cão, o Júlio. Sou apologista que quem tem animais tem que assumir as responsabilidades que estes envolvem, e o Júlio precisa de ser passeado. A minha vida anda à volta de gerir as minhas gravações com o que ele precisa. É o meu filho.

Recentemente criou um blogue e tornou-se uma espécie de embaixadora do movimento detox.

O blogue foi um convite da Media Capital, onde passei a dar alguma informação do meu trabalho e a passar receitas de batidos. Mas eu já fazia estes batidos há uns dois anos e publicava-os no Facebook. Já falava de super alimentos muito antes de eles serem divulgados cá. Nessa altura toda a gente virava o nariz. De repente virou moda. Mas eu não bebo estes batidos para emagrecer, nem sou apologista disso.

Há a ideia que tem uma má relação com a imprensa...

Com alguns. Para mim é muito complicado. Já falei da minha vida pessoal. Mas já há bastante tempo que tomei a decisão de não falar. Não vale a pena. Falo do que bebo, do que acho que pode ajudar outras pessoas, mas não tenho interesse em explorar também esse lado da minha vida. Claro que tenho má relação com alguns jornalistas porque mentem: dizem que fiz aquilo, que fui acolá. Nunca nenhuma fonte dessas foi verdadeira e portanto esses órgãos não merecem o meu respeito. Estão no meu caderninho preto.

Como reage?

Não quero vir, porque tenho de ser coerente e se falasse estava a abrir um precedente para se falar mais. Se um dia sentir que a linha foi pisada demais, se calhar... Mas claro que não gosto de ver a minha vida explorada nas revistas.

Se pesquisarmos o seu nome no Google, as primeiras dezenas de resultados dizem respeito a namoros, nomeadamente à relação com o João Manzarra.

Pois, claro. Percebo que algumas pessoas até têm interesse na minha vida pessoal de uma forma carinhosa. Mas isso é diferente de quem inventa mentiras. E eu tomei a decisão que quero focar-me naquilo que é importante: o meu trabalho. ●

raquel.carrilho@sol.pt